



CAPÍTULO III

A Cooperação Triangular na Ibero-América

RELATÓRIO DA COOPERAÇÃO
SUL-SUL E TRIANGULAR NA
IBERO-AMÉRICA 2020

sulsul

CAPÍTULO III

A Cooperação Triangular na Ibero-América

A firme aposta da Ibero-América na Cooperação Triangular (CT), modalidade a que se dedica este capítulo, evidenciou-se a partir da primeira edição deste relatório, altura em que se começaram a sistematizar as primeiras iniciativas. A partir desse ano, registaram-se mais de 1.200 experiências. Em consonância com o que está a ocorrer no panorama mundial, a sua crescente importância também se reflete na recente inclusão no título desta publicação que, a partir de 2020, se passa a chamar *Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América*.

III.1 Introdução

Nos últimos anos, a Cooperação Triangular foi-se consolidando internacionalmente como uma ferramenta inovadora na qual os parceiros unem esforços no sentido de encontrar soluções para os problemas do desenvolvimento. Em 2015, esta modalidade foi reconhecida como um meio de implementação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um reconhecimento que foi reafirmado em 2019 no contexto da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, conhecida como PABA+40. Nela também se declarou que “a cooperação triangular complementa a Cooperação Sul-Sul e lhe acrescenta valor, ao permitir aos países em desenvolvimento que o solicitem aceder a uma maior quantidade e variedade de recursos, conhecimentos especializados e capacidades” (ONU, 2019, p.2).

Dentro do mesmo espírito e conscientes do valor acrescentado desta modalidade, bem como do seu potencial como ferramenta para unir regiões e contribuir para um desenvolvimento que “não deixe ninguém para trás”, a SEGIB e a União Europeia (UE), aproveitando a experiência acumulada de cada uma destas instituições ao longo dos anos, decidiram associar-se para trabalhar em conjunto na construção de um modelo inovador de Cooperação Triangular. O Quadro III.1 resume o projeto SEGIB-UE que surgiu no final de 2018, dando uma atenção especial ao objetivo que o justifica e à forma como a sua articulação, como exercício técnico-político, permitirá aproveitar a enorme complementaridade que existe entre as experiências acumuladas por ambas as regiões. Neste sentido, o projeto contribuirá para reforçar a Cooperação Triangular entre a Europa e a América Latina, facilitando simultaneamente o progresso para a obtenção da Agenda 2030.

QUADRO III.1

O Acordo SEGIB-UE para uma Cooperação Triangular inovadora

Em novembro de 2019, no contexto da reunião de ministros das relações exteriores que teve lugar em Andorra para preparar a próxima XXVII Cimeira Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo, a Secretaria-Geral Ibero-Americana (SEGIB) e a União Europeia (UE) —esta última através da Direção-Geral da Cooperação Internacional e do Desenvolvimento (DEVCO)— subscreveram um Acordo que procura promover “Uma Cooperação Triangular Inovadora para a nova Agenda de Desenvolvimento”.

Através desse acordo, a SEGIB e a UE unem os seus esforços e experiências no âmbito da Cooperação Triangular, uma modalidade através da qual há anos que os países da Europa e da América Latina e do Caribe se articulam para encontrar soluções comuns para os problemas do desenvolvimento. Neste sentido, e embora sendo verdade que o tipo de experiências que as duas regiões acumulam relativamente à Cooperação Triangular seja diferente, tal como se reflete no teor específico deste acordo, trata-se de experiências altamente complementares e enquadradas numa visão partilhada da Cooperação Triangular e do seu potencial no sentido de contribuir para fazer avançar um desenvolvimento sustentável.

Por um lado, a SEGIB acumula mais de uma década de experiência no âmbito da sistematização e gestão das informações relativas à Cooperação Triangular, um tipo de experiência fundamental em qualquer processo de tomada de decisões e que, no contexto da

crise provocada pela COVID-19, demonstrou ser essencial. Com efeito, o espaço ibero-americano conta com a única plataforma de dados online sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular que existe para uma região do mundo (SIDICSS), e há mais de uma década que os resultados da sua sistematização se traduzem neste mesmo *Relatório da Cooperação Sul-Sul e Triangular na Ibero-América*, que foi pela primeira vez publicado em 2007.

Por outro lado, há mais de uma década que a União Europeia tem vindo a desenvolver esforços para promover o trabalho conjunto com a América Latina e o Caribe através da Cooperação Triangular. Uma parte destes esforços são ilustrados pelas experiências realizadas no quadro de outros programas europeus de assistência técnica a países e que reproduzem o mesmo esquema de colaboração entre ambas as regiões, tais como, entre outros, o EuroSocial (coesão social), Paccto (luta contra o crime transnacional organizado) e Euroclima (atenuação e adaptação à mudança climática). No entanto, apenas há quatro anos, a aposta intensificou-se, quando a UE lançou o que viria a ser o seu programa emblemático para a Cooperação Triangular com a América Latina e o Caribe, o programa *Adelante*, que entre os anos de 2016 e 2020 disponibilizou mais de 10 milhões de euros para cofinanciar 8 projetos de Cooperação Triangular.

Neste contexto, o projeto “Uma Cooperação Triangular Inovadora para a Nova Agenda de Desenvolvimento”, cuja duração prevista é de dois anos, procura juntar a experiência e o esforço da SEGIB e da UE no sentido de

contribuir para a construção de um modelo inovador de Cooperação Triangular UE-América-Latina. Trata-se de um modelo que, alinhado com a Agenda 2030 e no contexto de uma conceção multidimensional, integral e dinâmica dos processos de desenvolvimento, contribua para a criação de ferramentas inovadoras para uma melhor gestão da cooperação em geral e dos projetos triangulares em particular, com a convicção de que o trabalho em ambas as direções permitirá fazer avançar uma Cooperação Triangular mais eficiente como meio de implementação da Agenda 2030.

Para esse efeito, implementou-se uma estratégia de construção coletiva que combina a investigação e a gestão do conhecimento com a ação, bem como o diálogo técnico com a discussão e negociação política. De facto, o projeto estrutura-se com base em dois pilares nos quais se trabalha de forma simultânea:

1. O primeiro, denominado *Mais e melhor cooperação triangular* centra-se na investigação e análise para compreender melhor as características e potencialidades da Cooperação Triangular. Assim, focaliza-se na produção de conhecimentos e na transferência desses conhecimentos para ferramentas concretas que possam ser aplicadas, por exemplo, na geração de CT por parte das cidades ou no uso que se lhes pode dar para melhorar os processos de desenvolvimento dos povos indígenas.

2. O segundo, intitulado *Para um modelo inovador de cooperação triangular*, consiste na criação de um *policy relevant knowledge* que, sintetizado num documento final, reunirá as experiências e visões de todos os que participam na cooperação triangular, independentemente do papel que exerçam. Este documento também será elaborado com base num diálogo político e técnico, um método de trabalho que garantirá que as conceptualizações e propostas resultantes contem com os necessários sentidos de consenso e apropriação, dois princípios que contribuirão para

que efetivamente se levem à prática. A título de exemplo, um dos aspetos a aprofundar será a identificação das transformações institucionais que serão necessárias para uma adaptação eficaz ao novo contexto, já que o dinamismo deste tipo de cooperação continuará a exigir respostas inovadoras em termos do design institucional das entidades responsáveis pela cooperação para o desenvolvimento, quer nacionais quer por parte dos organismos regionais.

Em síntese, este Acordo torna-se numa ferramenta essencial a nível global para, juntando experiências diferentes, mas complementares, contribuir para fortalecer a Cooperação Triangular e assim fazer avançar o desenvolvimento sustentável. Neste sentido e no atual contexto de pandemia, a SEGIB e a UE renovaram o seu compromisso e reafirmaram o potencial da CT como ferramenta capaz de contribuir para uma saída da crise que reúna todos e todas e que reforce o caminho para a sustentabilidade do desenvolvimento.

Fonte: SEGIB e DEVCO (UE)

O projeto SEGIB-UE está alinhado com a Agenda para o Desenvolvimento e com os objetivos contidos na Declaração do PABA+40. Do mesmo modo, o presente capítulo também tenciona contribuir para o progresso desta declaração e, em concreto, para o objetivo incluído na alínea d) do ponto número 28, que reconhece como premissa para melhorar o seu apoio ao desenvolvimento, a necessidade de “compreender melhor a cooperação triangular e de proporcionar mais provas e informações rigorosas sobre a sua grandeza, alcance e efeitos” (p. 9). Nessa base e tal como tem vindo a ser feito desde a primeira edição de 2007, este capítulo analisará os aspetos que permitam conhecer melhor esta modalidade, destacando a evolução das iniciativas de Cooperação Triangular, a participação dos diferentes agentes, as capacidades que se reforçam e os ODS com que se alinham. Além disso, ao longo do texto ilustram-se casos concretos que permitirão avançar para uma compreensão mais integral desta modalidade.

III.2

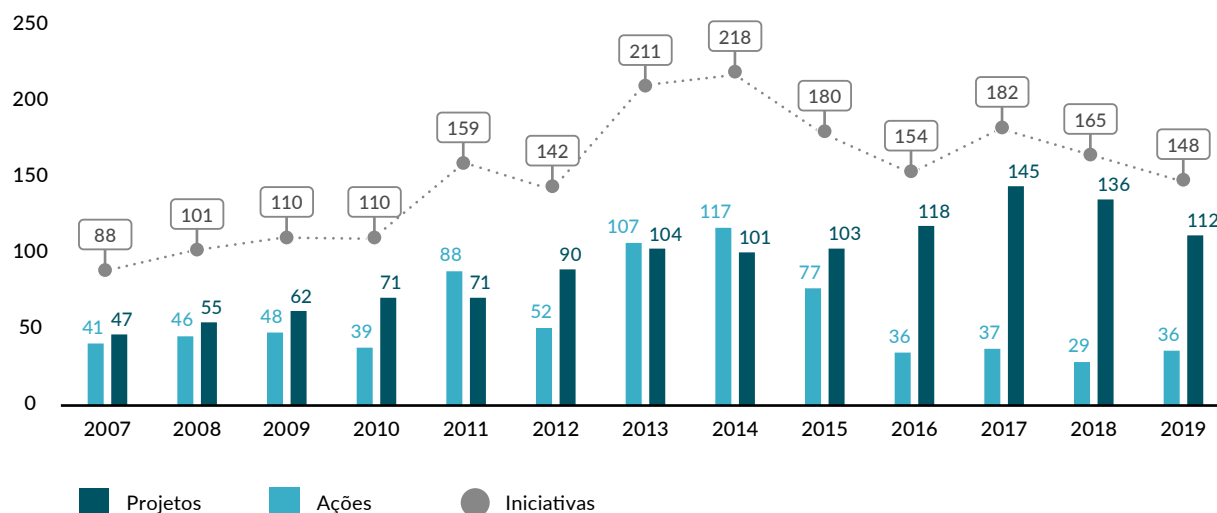
Iniciativas de Cooperação Triangular em 2019

Entre 2007 e 2019, os países ibero-americanos participaram num total de 1.250 iniciativas de Cooperação Triangular (520 projetos e 730 ações). No Gráfico III.1 essas iniciativas distribuem-se conforme o ano de execução. A sua observação mostra como esta modalidade passou por duas etapas de crescimento muito diferentes: uma primeira, de 2007 a 2014, com um aumento médio significativamente intenso, superior a 15,0%, o que permitiu que o número de iniciativas se multiplicasse das 88 para um máximo próximo das 220; e, uma segunda, na qual a queda média anual de -6,7% levou o valor final até às 148 de 2019.

GRÁFICO III.1

Evolução das ações, projetos e iniciativas de Cooperação Triangular da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

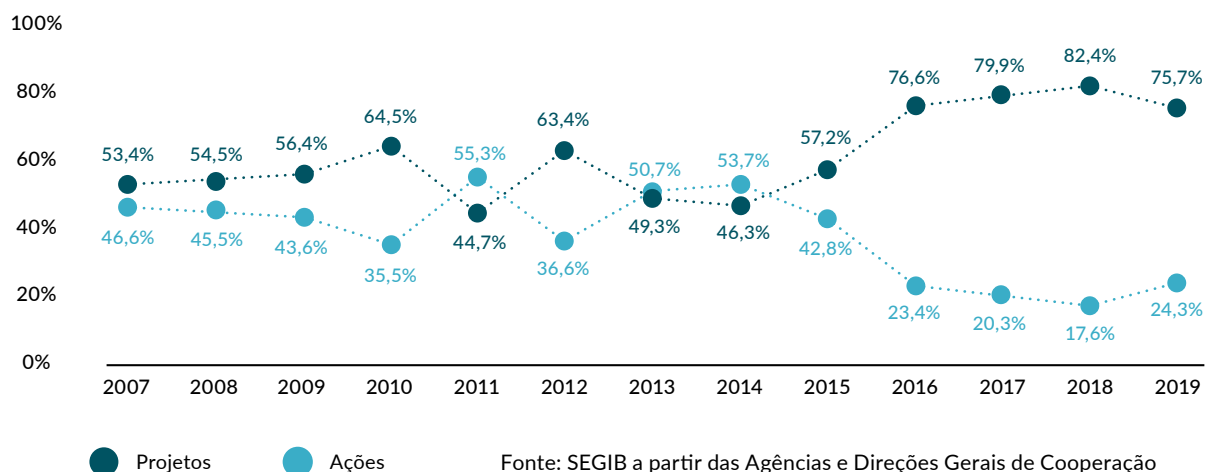
No entanto, uma análise completa exige observar o Gráfico III.2, que ilustra a evolução da participação das ações e dos projetos no total das iniciativas de CT. Tal como se pode observar, entre 2007 e 2014, a relação entre as ações e os projetos registou algumas oscilações, o que não impediu que tanto no início quanto no final desse período, a proporção entre ambos os instrumentos se

mantivesse em torno a 50-50. Contudo, entre 2015 e 2019 o panorama mudou substancialmente e o que se regista é um deslocamento progressivo das ações a favor dos projetos. Esta dinâmica explica que em 2019 por cada uma das ações realizadas (36) se executassem 3 vezes mais projetos (112).

GRÁFICO III.2

Evolução da participação dos projetos e das ações no total das iniciativas de Cooperação Triangular da Ibero-América com todos os parceiros. 2007-2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Tal como já mencionado em edições anteriores deste relatório, as conclusões anteriores sugerem que a queda do total das iniciativas registadas entre 2014 e 2019 é plenamente compatível com um processo de fortalecimento da Cooperação Triangular, pois deteta-se uma aposta crescente dos países numa cooperação mais robusta, baseada em projetos de maior alcance, em detrimento de atividades pontuais e isoladas.¹ Na realidade, entre 2007 e 2017, o crescimento dos projetos foi praticamente uma constante. A única redução significativa afeta precisamente o biénio 2018-2019, e ainda é cedo para pensar numa alteração de tendência, mas sobretudo em algo conjuntural e influenciado por um possível sub-registo, pois devemos considerar que, neste ano de 2020 foi a primeira vez que o levantamento de dados correspondeu ao ano imediatamente anterior e que isto se fez em circunstâncias difíceis provocadas pela crise sanitária.

Para terminar, uma nota metodológica que afeta o tratamento das iniciativas de Cooperação Triangular, que constituem o núcleo de estudo

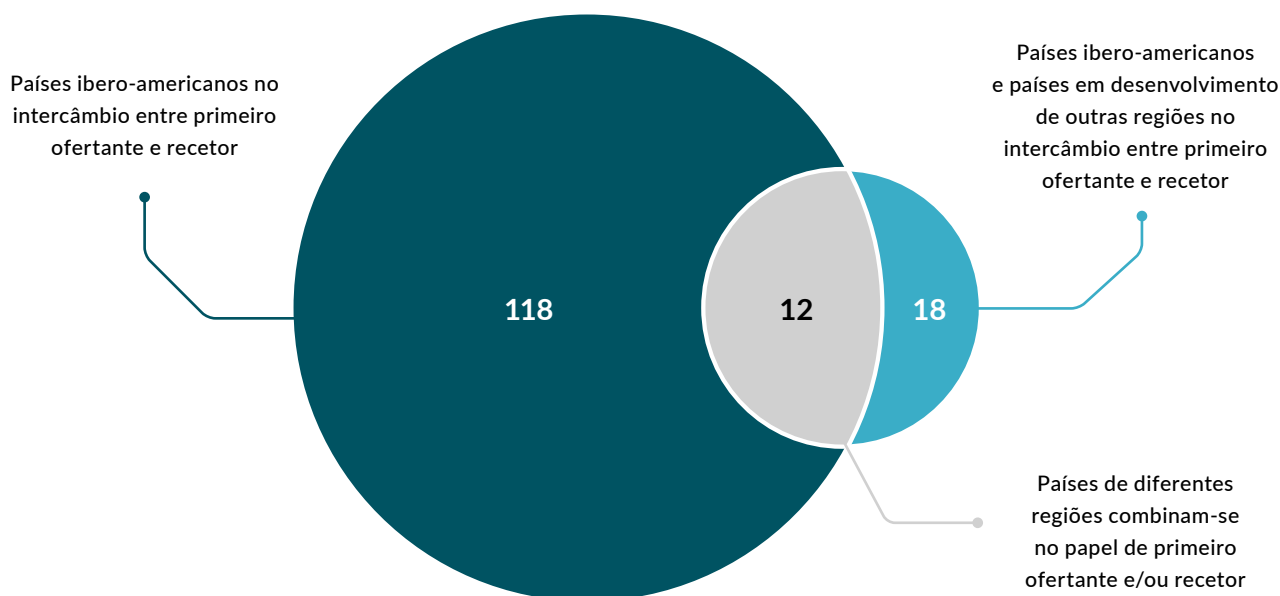
deste capítulo. É que as secções que o compõem analisarão a Cooperação Triangular que ocorreu principalmente em 2019 e que além disso tem a particularidade de ter acontecido na Ibero-América: dito de outro modo, neste capítulo não se estudarão todas as iniciativas participadas pela Ibero-América (148), mas apenas aquelas (130) nas quais o intercâmbio de capacidades, o que se produz entre os que exercem os papéis de primeiro ofertante e recetor, é executado por países da região.

Trata-se de um critério para diferenciar outras casuísticas que serão abordadas no capítulo IV, uma parte do qual se dedica à cooperação a par de outras regiões. Tal como se pode observar no Gráfico III.3, no referido capítulo serão incluídas as 30 iniciativas nas quais, para além dos países ibero-americanos, também participaram países em desenvolvimento de outras regiões. Entender este facto é importante para compreender *como* se juntam e o *que* se está a incluir em cada ocasião.

GRÁFICO III.3

Distribuição das iniciativas de Cooperação Triangular intercambiadas na Ibero-América e juntamente com países em desenvolvimento de outras regiões. 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

¹ Uma forma de ilustrar o diferente alcance de cada tipo de iniciativa é através de uma comparação do tempo em que cada uma tende a manter-se em execução. Neste sentido, podemos afirmar que os projetos que estiveram em funcionamento nalguma altura de 2019 tiveram uma duração média de dois anos e quatro meses, enquanto que as ações se executaram num tempo médio de apenas 22 dias.

III.3

Participação dos países e dos seus parceiros na Cooperação Triangular na Ibero-América

Tal como a Declaração do PABA+40 reconhece no seu ponto número 28, a Cooperação Triangular “é uma modalidade que fomenta as alianças e a confiança entre todos os parceiros e que combina diversos recursos e capacidades”. Por sua vez, o documento afirma que:

Contribui com um valor acrescentado através do aproveitamento e da mobilização de recursos técnicos e financeiros adicionais, do intercâmbio de uma gama mais vasta de experiências, da promoção de novas esferas de cooperação e da combinação de soluções de desenvolvimento acessíveis e adaptadas a cada contexto. (ONU, 2019, p.12).

Neste espírito, a presente secção focaliza-se, por um lado, na identificação dos protagonistas da Cooperação Triangular que teve lugar em 2019 na Ibero-América e, por outro lado, no tipo de alianças que se estabeleceram entre eles para combinar recursos e capacidades que permitam à região avançar um pouco mais na obtenção de um desenvolvimento sustentável.

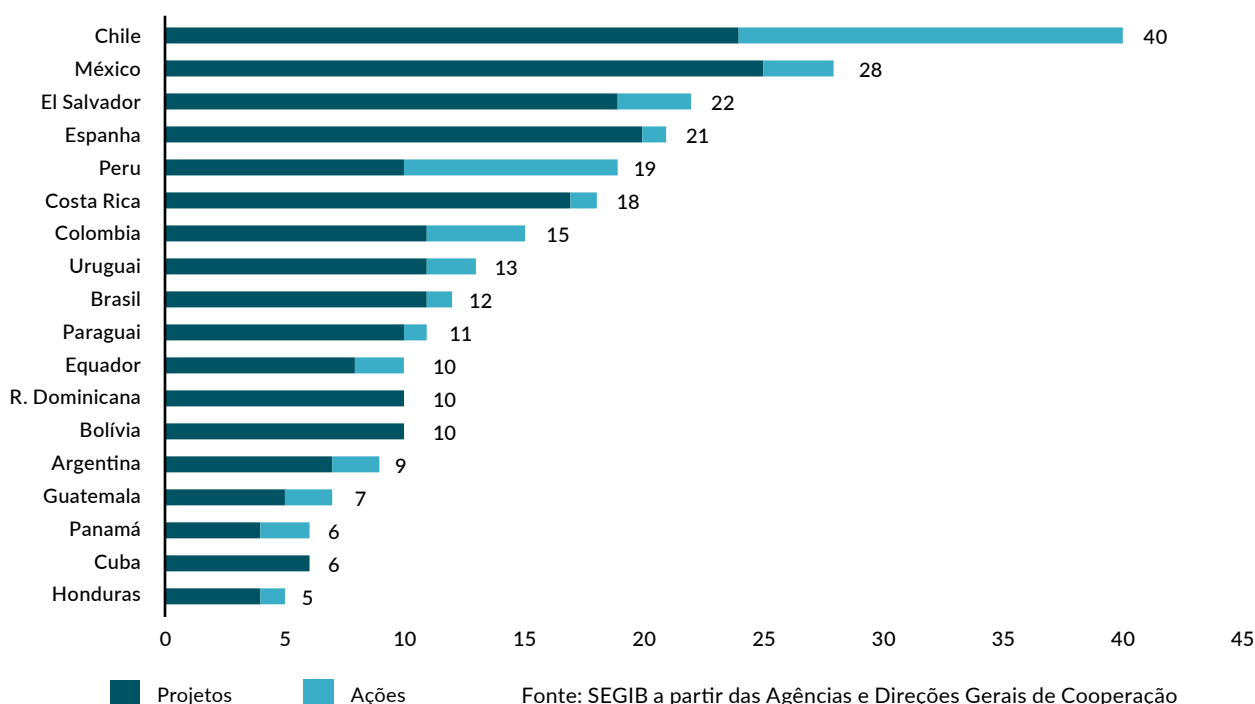
III.3.1 Países, organismos e papéis

O Gráfico III.4 mostra como se desenrolou a participação dos países ibero-americanos no total das ações, projetos e iniciativas de Cooperação Triangular que estiveram em execução nalguma altura de 2019.² Como se pode observar, destaca-se em primeiro lugar o Chile, que esteve ativo em 40 iniciativas. Este dado reflete o profundo empenhamento que o país mantém há já mais de duas décadas relativamente a esta modalidade de cooperação.

GRÁFICO III.4

Participação dos países ibero-americanos na Cooperação Triangular, conforme as ações e os projetos. 2019

Em unidades



² Em termos metodológicos, devemos aqui especificar que, para cada país, se contabilizam as iniciativas nas quais participam num mesmo papel, quer a título individual, quer em conjunto com, no máximo, outro parceiro, mas não aquelas em que coincidem com mais de dois países, uma casuística muito habitual para a qual se recorre ao termo “vários”, quando exercem, por exemplo, o papel de receção.

Segue-se o México, participando em cerca de 30 iniciativas de Cooperação Triangular. Como veremos mais adiante, uma parte da participação do México justifica-se, de facto, pela sua associação com o próprio Chile, através do Fundo Conjunto de Cooperação que os dois países promoveram no contexto do Acordo de Associação Estratégica subscrito em 2006 e com o qual o Chile e o México se dotaram de uma ferramenta para o financiamento e a execução tanto de projetos e de ações bilaterais, quanto de triangulações de ambos a par de um país terceiro em desenvolvimento.

/// Há mais de uma década, os três países ibero-americanos quem lideram a participação como primeiros ofertantes são o Chile, México e Brasil ///

Entretanto, em 2019 Espanha e El Salvador ultrapassaram a barreira das 20 iniciativas. Seguiram-nos, de muito perto, o Peru e a Costa Rica, cada um deles participando em 19 e 18 projetos e ações.

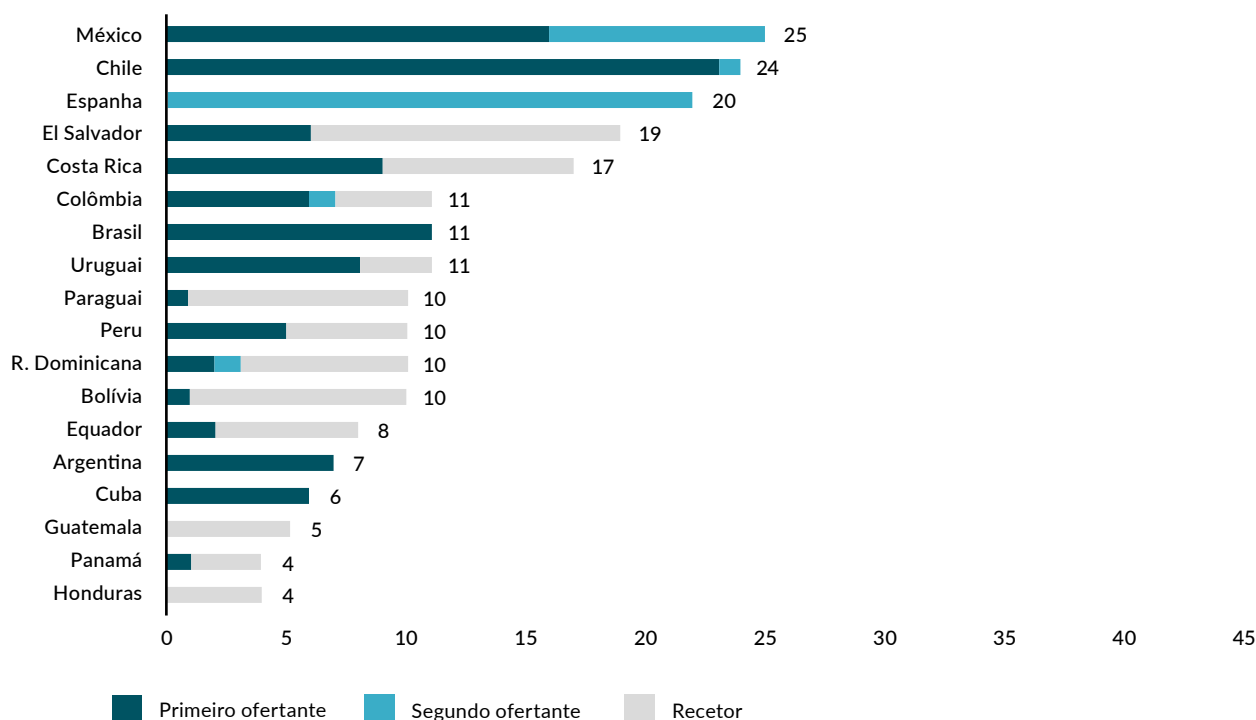
No padrão de cooperação destes 6 países prima a instrumentalização através de projetos, sendo as ações uma ferramenta praticamente residual. As únicas exceções são o Chile e o Peru: no primeiro, a execução de 24 projetos combinou-se com 16 ações; e no segundo, a relação é próxima da unidade, combinando 10 projetos com 9 ações.

Também com a prevalência de projetos, completam este cenário doze países. Metade deles (Colômbia, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia e Equador) contribuíram, a partir do Sul do continente americano, com 10 a 15 iniciativas de CT. A outra metade, refere-se à Argentina, bem como ao Panamá, Honduras e Guatemala na América Central e a Cuba e República Dominicana no Caribe, os quais participaram respetivamente com 5 e 9 iniciativas triangulares.

GRÁFICO III.5

Participação dos países ibero-americanos nos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o papel (primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor). 2019

Em unidades



Nota: O número de iniciativas atribuídas a cada país inclui aquelas nas quais o país exerceu qualquer dos papéis de forma independente e aquelas nas quais aparece associado com, no máximo, outro país (uma casuística habitual no papel de primeiro ofertante). No entanto, não se contabilizam aquelas em que há 3 ou mais países a exercer o mesmo papel (algo comum na receção). Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

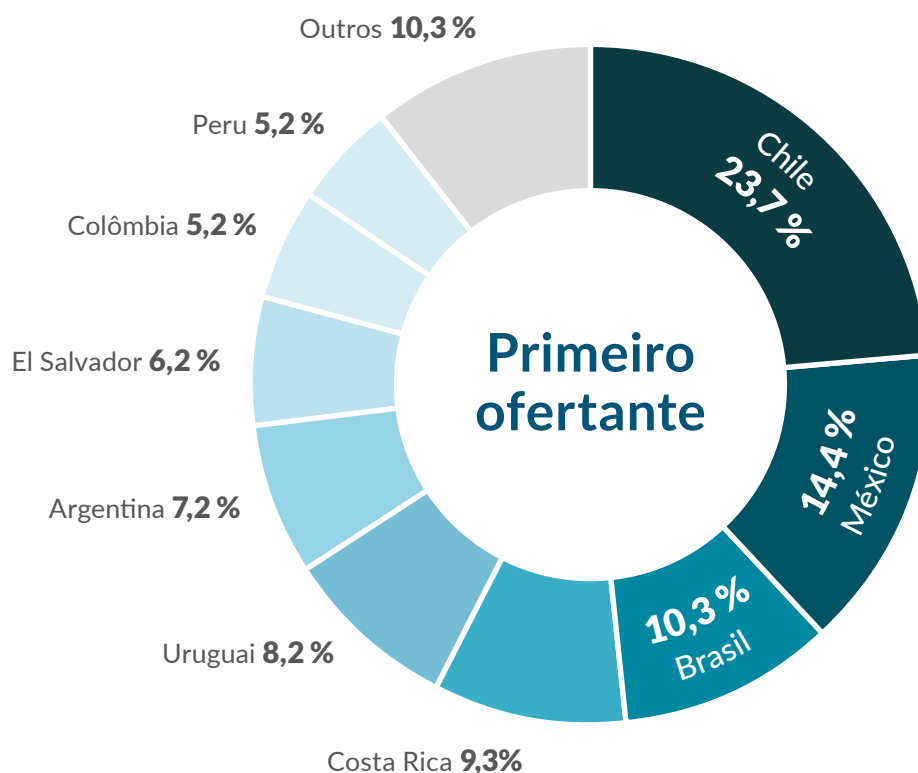
Por sua vez, o Gráfico III.5 complementa o anterior, mostrando a combinação de papéis (primeiro ofertante, segundo ofertante e recetor) nos quais os países ibero-americanos participaram nos projetos de Cooperação Triangular intercambiados em 2019. Neste sentido e numa primeira aproximação, os países que participaram em mais de 15 iniciativas tenderam a apresentar um perfil proeminentemente “ofertante” que contrastou com o daqueles que estiveram ativos em menos de uma dezena de ações e projetos, para os quais o papel que prevaleceu foi o de recetor. Entretanto, os países que executaram em torno a 10 iniciativas responderam a qualquer dos possíveis padrões (maiormente ofertante, recetor ou ambos os papéis). Contudo, as exceções analisam-se em pormenor a partir da participação em cada papel em concreto.

Com efeito, o Gráfico III.6 mostra quais foram os países que com maior frequência participaram no exercício do papel de primeiro ofertante nos praticamente 100 projetos de Cooperação Triangular em execução na Ibero-América em 2019. Tal como se pode observar, a partir deste papel o Chile, México e Brasil justificaram quase metade dos 97 projetos registados em 2019, sendo o Chile o país mais destacado, na medida em que exerceu o papel de primeiro ofertante em quase um em cada 4 projetos finais.

GRÁFICO III.6

Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o primeiro ofertante. 2019

Em percentagem

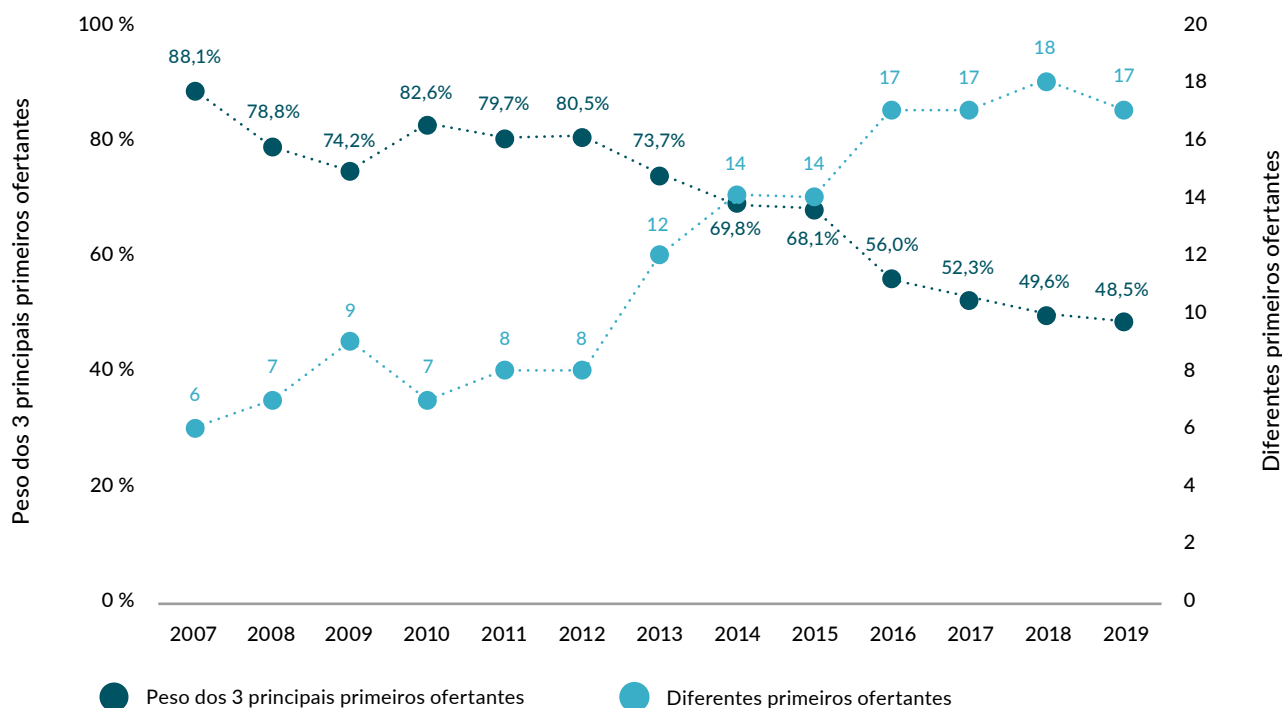


Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

GRÁFICO III.7

Evolução da participação dos primeiros ofertantes nos projetos de Cooperação Triangular. 2007-2019

Peso dos três principais, em percentagem; número de diferentes primeiros ofertantes, em unidades



Nota: os diferentes primeiros ofertantes incluem tanto os países que de forma individual exerceram esse papel quanto as associações que se verificaram entre dois deles (caso, por exemplo, do México e da Colômbia). Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Trata-se de três países que lideram a participação como primeiros ofertantes há mais de uma década. No entanto, o Gráfico III.7 sugere que o peso relativo destes três atores sobre o total dos projetos triangulares em execução todos os anos, tendeu a reduzir-se substancialmente: assim, em 2007, o Chile, México e Brasil justificaram praticamente 9 em cada 10 projetos mantidos em execução, ao passo que em 2019 essa proporção se reduziu para um em cada 2.

O mesmo Gráfico III.7 mostra como essa queda dos três principais primeiros ofertantes na participação total, se produziu de forma simultânea ao crescente aparecimento de países que, de forma individual ou associando-se com outros, exerceram esse papel: com efeito, em 2007 apenas outros três países ibero-americanos acompanharam o Chile, México e Brasil como primeiros ofertantes de CT; enquanto que, pouco mais de uma década depois, em 2019, foram mais de uma dezena.

Assim, entende-se que em 2019 e tal como mostra o Gráfico III.6, até 6 países (Argentina, Uruguai, Costa Rica, Colômbia, El Salvador e Peru) justificaram, em cada caso, entre 5% e 10% do total de praticamente cem projetos mantidos em execução durante esse ano. E que os restantes 10% se justificassem quer pela associação de alguns dos anteriores (México e Colômbia, por exemplo), quer pela participação pontual, mas muito significativa, de países tradicionalmente recetores, tais como a Bolívia, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai e República Dominicana. Um bom exemplo do atrás mencionado é precisamente o deste país caribenho, cuja especial aproximação à oferta de CT fica ilustrada no Quadro III.2.

QUADRO III.2

A República Dominicana dá os primeiros passos como ofertante na Cooperação Triangular transferindo a sua experiência em compras públicas

Uma das atividades mais importantes dentro da administração governamental é a relativa às compras públicas. Estas definem-se como “o processo de aquisição de bens, serviços e infraestruturas para fins públicos” (IISD, 2015). Da sua boa gestão depende parte da eficiência e transparência no uso dos recursos públicos. Além disso, são instrumentos indispensáveis para a implementação das políticas públicas. Por exemplo, sob a noção de compras públicas sustentáveis “os governos tentam realizar aquisições nas melhores condições sociais, económicas e ambientais possíveis, apoiando as estratégias nacionais de desenvolvimento.” (IISD, 2015)

De acordo com o BID (Izquierdo, Pessino e Vuletín, 2018, pp. 55-56): “Em 2016, os governos da América Latina e do Caribe gastaram cerca de 450.000 milhões de dólares em compras públicas, o que inclui a aquisição de bens e serviços e de equipamentos de capital (...). Em média, as compras públicas representaram 32,5% da despesa do governo geral nos países da OCDE (14% do PIB) e 29,8% nos países da América Latina e do Caribe (8,6% do PIB)”.

A este respeito, em 2019 teve início o projeto triangular *Apoio à implementação de uma iniciativa piloto de cooperação triangular da República Dominicana como ofertante para ajudar os sistemas de compras públicas nacionais de El Salvador e Costa Rica*, com Espanha como segundo ofertante. O projeto tem um grande potencial para a gestão

inovadora das compras públicas e para acrescentar outras políticas públicas integrando dois elementos importantes: o apoio às Micro e PME e a abordagem de género.

Com efeito, originalmente esta iniciativa enquadra-se na Convenção de Cooperação Bilateral entre a República Dominicana e Espanha e faz parte do processo de fortalecimento do Vice-Ministério de Cooperação Internacional e do apoio da cooperação espanhola à implementação da Política de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento da República Dominicana (MEPYD, 2020). Foi neste contexto, em 2018, quando Espanha e a República Dominicana promoveram um intercâmbio que teve por objetivo identificar o potencial da cooperação do país caribenho e contribuir para articular a sua oferta (Direção Geral de Contratações Públicas da República Dominicana, 2019).

Um dos pontos fortes identificados refere-se à forma como a República Dominicana inclui a abordagem de género na sua política de compras públicas. Assim, por exemplo, a nível institucional, a Direção Geral de Contratações Públicas criou um catálogo de informações atualizadas de 11.235 mulheres e de empresas lideradas por estas, inscritas no Registo de Fornecedores do Estado. Este proporciona informações que facilitam o progresso no sentido da concretização efetiva das quotas mandatadas na Lei nº. 488-08, a qual estipula que 15% dos orçamentos de compras devem ser destinados às Micro

e PME, uma percentagem que aumenta para 20% quando estas são dirigidas ou lideradas por mulheres (DGCPRD, 2019).

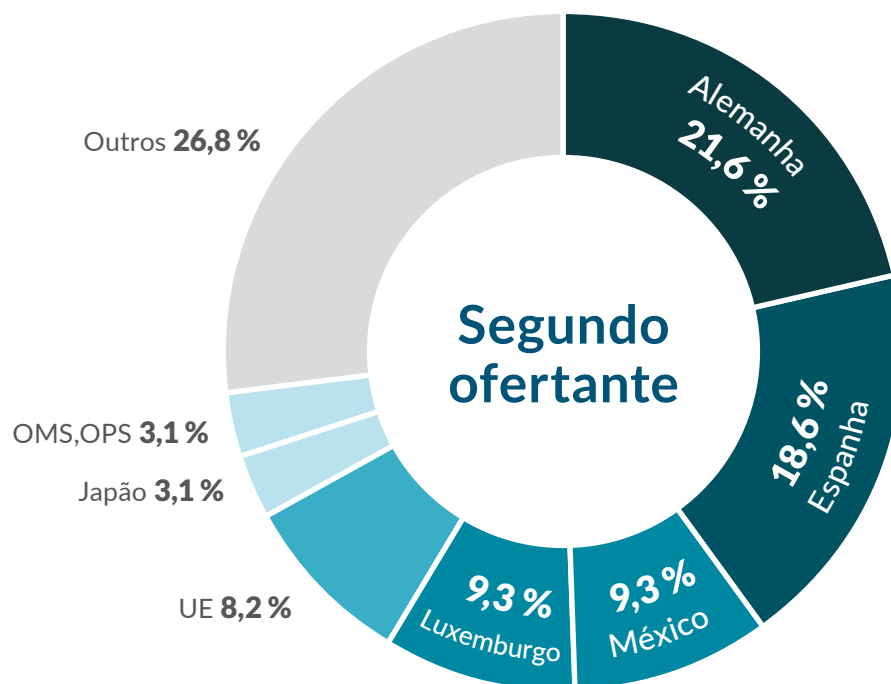
Na realidade, o projeto inspira-se numa experiência prévia, executada em 2017, na qual a própria República Dominicana, também com o apoio de Espanha, partilhou com El Salvador a sua experiência para promover políticas de compras públicas com abordagem de género em micro e pequenas empresas. O projeto final alarga o alcance desta ação e inclui a receção da Costa Rica.

Com esta fórmula, o fortalecimento de capacidades do projeto proporcionará aprendizagens significativas: por um lado, porque permitirá a projeção da República Dominicana como ofertante de CT diversificando o seu perfil dentro da cooperação ibero-americana e, por outro lado, porque contribuirá para a inclusão social e económica das mulheres nos processos estatais e a sua maior incidência no âmbito público.

GRÁFICO III.8

Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o segundo ofertante. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

O Gráfico III.8 resume a participação dos diferentes agentes que, dada a sua natureza (país ibero-americano, não ibero-americano ou organismo multilateral), exerceram o papel de segundos ofertantes na CT realizada na Ibero-América em 2019. Destacam-se aqui a Alemanha e Espanha (à volta de um em cada 5 projetos, respetivamente), para além do México (um em cada 10). Trata-se de três países que, em conjunto, justificaram praticamente metade dos projetos de 2019. A Alemanha e Espanha também lideraram esse papel em 2017, ano de referência da edição anterior deste Relatório, mas o caso do México é uma novidade que surge com força e que não se pode desligar do já referido Fundo Conjunto de Cooperação que este país mantém com o Chile e que explica que, nos 9 projetos registados pelo país norte-americano como segundo ofertante, o parceiro que exerce o papel de primeiro ofertante seja precisamente o país andino.

Seguem-se, por ordem de importância relativa, o Luxemburgo, União Europeia, Japão e Organização Mundial da Saúde/Organização Pan-Americana da Saúde, quatro agentes que justificam outra quarta parte dos projetos de 2019. No caso do Luxemburgo, trata-se dos projetos que o país apoia e financia através do Fundo Salvadorenho de Cooperação Sul-Sul e Triangular (FOSAL) e nos quais o país centro-americano exerce o papel de primeiro ofertante. Quanto à União Europeia, quase todos os projetos em que é ofertante correspondem ao instrumento *Adelante*, já mencionada no Quadro III.1.

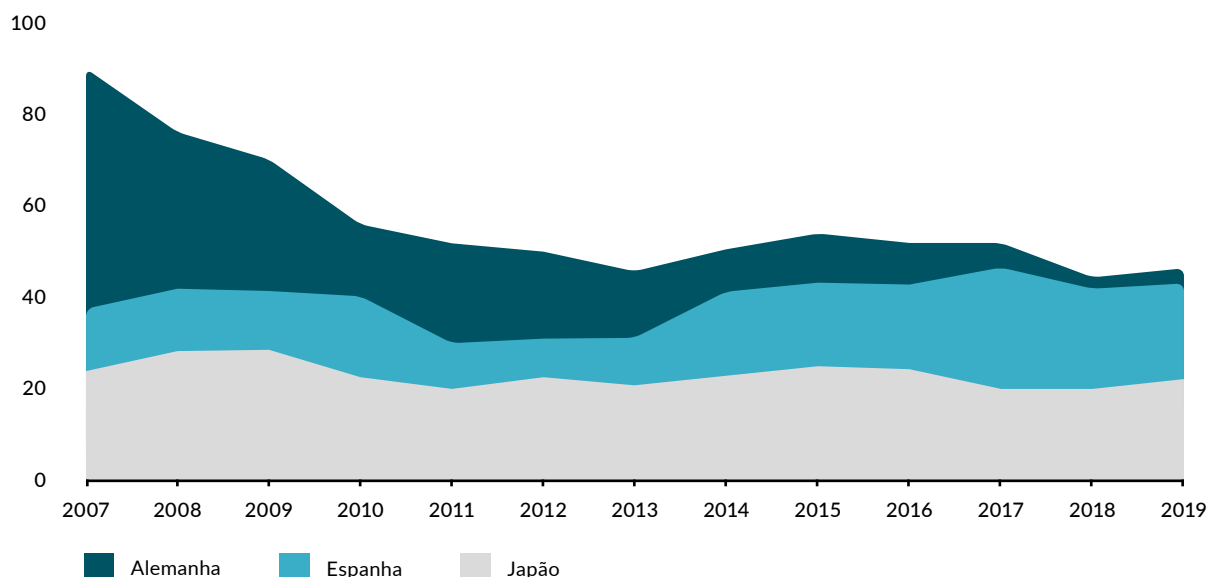
O caso do Japão merece uma atenção especial. O Gráfico III.9 apresenta a trajetória registada pela participação relativa que, entre 2007 e 2019 e sobre o total dos projetos de CT, teve precisamente o Japão a par dos dois países que lideraram 2019: Alemanha e Espanha. Assim, tal como se pode observar no referido gráfico, os três países passaram a representar, de forma conjunta, de 90,5% dos projetos

em 2007 para menos de 50% em 2019. E quem fez com que este dado baixasse foi precisamente o Japão, ao reduzir a sua participação relativa de 52,4% para 3,1%. A Alemanha registou algumas oscilações, mas manteve-se estável em torno dos 23%, ao passo que Espanha ganhou peso (de 14,3% para 20,6%). O espaço cedido pelo Japão não foi coberto por estes dois países europeus, mas pelos que se vão incorporando no exercício desse papel.

GRÁFICO III.9

Evolução do peso relativo da Alemanha, Espanha e Japão no papel de segundo ofertante, sobre o total dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América. 2007-2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

O atrás mencionado combina-se com outro dado importante para o comportamento do Japão: é que, em 2019, esse país foi o que mais ações promoveu no papel de segundo ofertante, participando em mais de metade (17) das 33 ações em execução. Acompanharam-no nessas ações, como primeiros ofertantes, países como o Chile, Argentina e México, com os quais o Japão mantém acordos estratégicos de cooperação que apoiam workshops e formações com países terceiros. A combinação de ambos os factos apoia a ideia de que o Japão não se está a retirar da Cooperação Triangular na Ibero-América, mas antes que está a mudar a sua fórmula de participação: do apoio aos projetos para o acompanhamento às ações de formação.

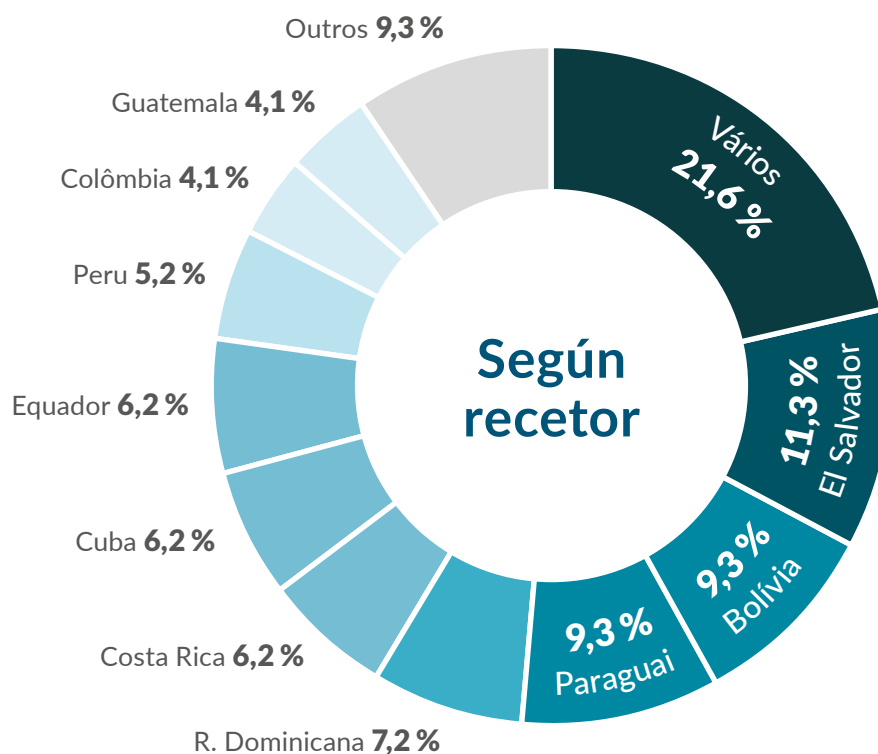
Finalmente, o Gráfico III.10 distribui os 97 projetos de CT que estiveram em execução na Ibero-América em 2019, conforme os países recetores. Tal como

tem vindo a ser habitual, a casuística mais frequente foi a de vários países a exercer simultaneamente o papel de recetor: de facto, este tipo de associações justificou pelo menos um em cada 5 projetos, mas também mais de metade das ações (18 de 33). Dentro desta variante, podem identificar-se praticamente todos os países da região. Já de forma individual, os países mais ativos no exercício do papel de recetor foram El Salvador, Bolívia e Paraguai, cada um deles participando em cerca de um décimo dos projetos recebidos e representando 30% do total. Com pesos relativos menores, mas superiores a 4%, destacaram-se, por ordem de importância relativa, a República Dominicana, Costa Rica, Cuba, Equador, Peru, Colômbia e Guatemala. Os últimos 9,3% justificaram-se pela contribuição agregada das Honduras, Panamá e Uruguai.

GRÁFICO III.10

Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o recetor. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

III.3.2 Parcerias para a Cooperação Triangular

Ao longo de 2019, a execução das 130 iniciativas de Cooperação Triangular registadas na Ibero-América foi possível no âmbito de 103 combinações diferentes de parcerias entre aqueles que exerceram o papel de primeiros ofertantes, segundos ofertantes e recetores. Este único dado dá a ideia de quão diversas podem chegar a ser as parcerias que se estabelecem para alcançar o desenvolvimento.

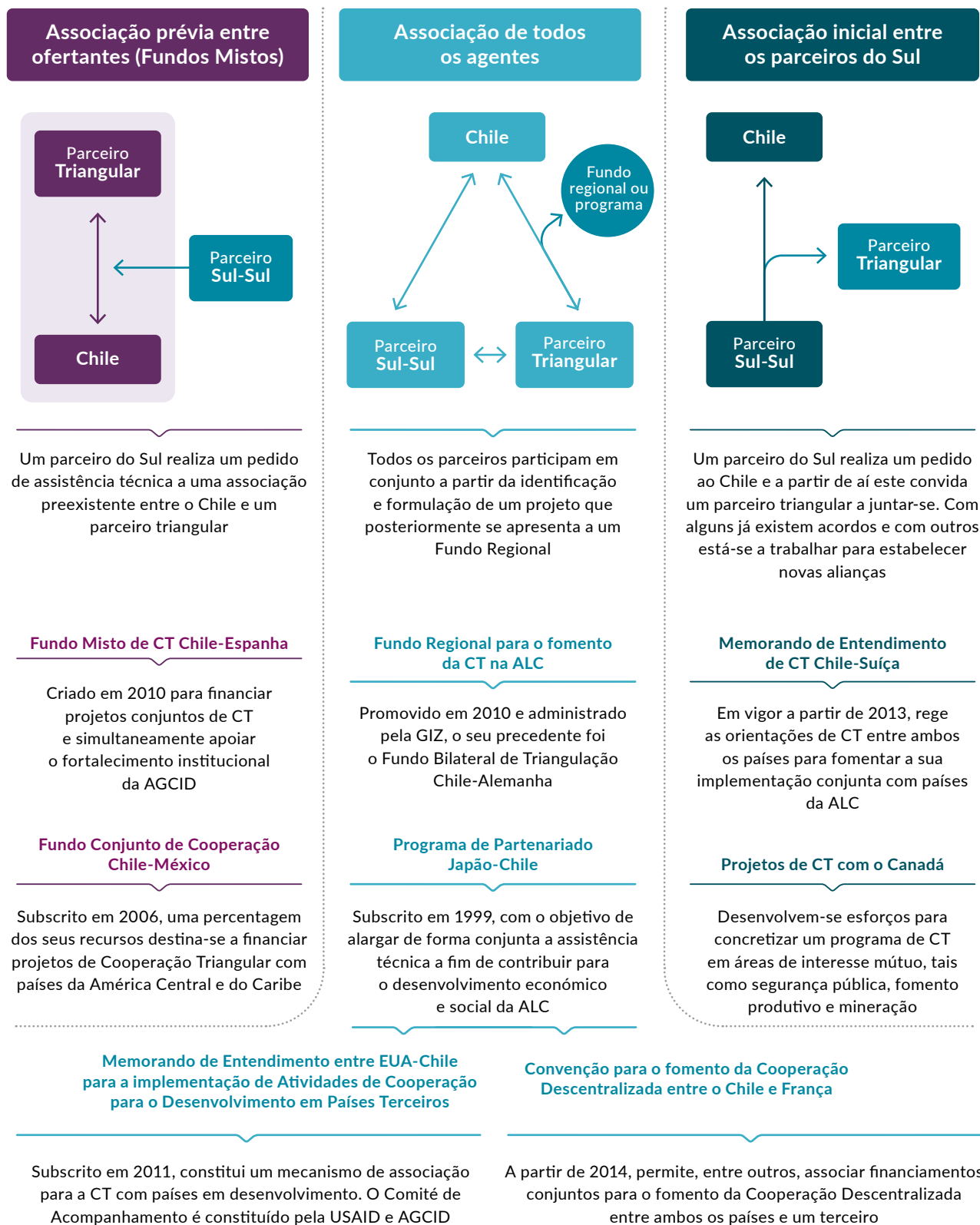
No entanto, em numerosas ocasiões, essa mais de uma centena de combinações diferentes a 3, podem ter em comum algumas associações a 2, que tendem a coincidir com a que se estabelece entre os que exercem o papel de primeiro e segundo ofertante. A prevalência deste tipo de parcerias não costuma acontecer por acaso e tende a estar institucionalizada e amparada pela aplicação de quadros ou acordos de

parceria estratégica, concebidos precisamente entre os parceiros envolvidos para promover o lançamento de iniciativas de CT dirigidas a países terceiros.

Para o ilustrar, analisa-se o caso do país mais ativo em 2019, o Chile, presente em 40 iniciativas que envolvem mais de trinta agentes diferentes, incluindo quase todos os países ibero-americanos. Também se trata de um país que entende a Cooperação Triangular como um instrumento através do qual “reafirma(r) e aprofunda(r) o seu compromisso para com todos os parceiros estratégicos” (Estudos Internacionais, 2020, p.163). Para potenciar a sua implementação ao longo destes anos, o Chile realizou uma série de acordos que lhe permitiram dispor de uma arquitetura institucional para fomentar a Cooperação Triangular em conjunto com parceiros estratégicos e para países terceiros.

GRÁFICO III.11

Mecanismos de Associação Triangular: o caso do Chile



O Gráfico III.11 resume essa arquitetura institucional, conforme o estabelece a própria Agência Chilena de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AGCID). Para isso, descrevem-se os três tipos de mecanismos de associação através dos quais o Chile se relaciona com os restantes parceiros que participam na Cooperação Triangular, bem como exemplos concretos dos acordos.

A modo de síntese, identificam-se três mecanismos de associação:

- a) Através do primeiro, um país em desenvolvimento pede ao Chile uma assistência técnica à qual se responde através de um acordo preexistente, em geral entre aqueles que vão exercer o papel de primeiro e de segundo ofertante (ele próprio e outro agente). Os Fundos Mistos que o Chile promove há mais de uma década com o México e Espanha respondem a esta dinâmica.
- b) Na segunda modalidade, a identificação e formulação inicial do projeto envolve todos os parceiros, que a seguir o apresentam a um Fundo Regional que financia a sua implementação final. Enquadram-se aqui as iniciativas triangulares em que o Chile participa em conjunto com a Alemanha e o Japão, com os quais constitui os seus acordos mais emblemáticos, mas também outros mais recentes promovidos com os Estados Unidos e a França.
- c) A terceira dinâmica contemplada surge de um pedido do país do Sul ao Chile, o qual, por sua vez, e atendendo às características do projeto, convida um terceiro parceiro a implementar a Cooperação Triangular. Neste caso, há duas variantes: a que se produz com países e/ou organismos com os quais o Chile já subscreveu algum acordo (caso da Suíça ou do Programa Mundial de Alimentação - PMA -), e a que se verifica com parceiros com os quais o referido acordo ainda não se concretizou, mas com quem já se partilharam algumas experiências (Austrália, Canadá, Coreia do Sul e Singapura, apenas para nomear alguns).

Conhecendo estas possibilidades, é mais fácil entender quais foram as associações a partir das quais o Chile participou na CT que intercambiou na Ibero-América em 2019. Para este efeito, o Gráfico III.12 mostra, através de dois diagramas de fluxo, quem acompanhou o Chile (caudal esquerdo) na execução das 16 ações (III.12.A) e 24 projetos (III.12.B), no exercício dos papéis de segundo ofertante (caudal central) e de recetor (caudal direito).

/// O Chile realizou uma série de acordos que lhe permitiram dispor de uma arquitetura institucional para fomentar a Cooperação Triangular em conjunto com parceiros estratégicos e para países terceiros ///

Neste sentido, tal como se pode observar na versão A do Gráfico III.12, duas em cada três das 16 ações em que o Chile participou em 2019 produziram-se no contexto do Programa de Partenariado que mantém com o Japão como segundo ofertante e que foi concebido para promover a formação simultânea de vários países da América Latina e do Caribe, os quais partilharam o papel de recetor. Na realidade, um dos instrumentos de formação mais destacados neste âmbito é o denominado Projeto Kizuna, que se centra em temas relacionados com a gestão de catástrofes e ao qual nos iremos referir no Quadro III.4, incluído numa secção posterior. Os restantes intercâmbios justificam-se pela associação pontual do Chile com organismos multilaterais que contribuem para fortalecer simultaneamente vários recetores (IIDH e PNUMA) ou um único país (caso das Honduras e Peru na CT com o BID, BM e OCDE).

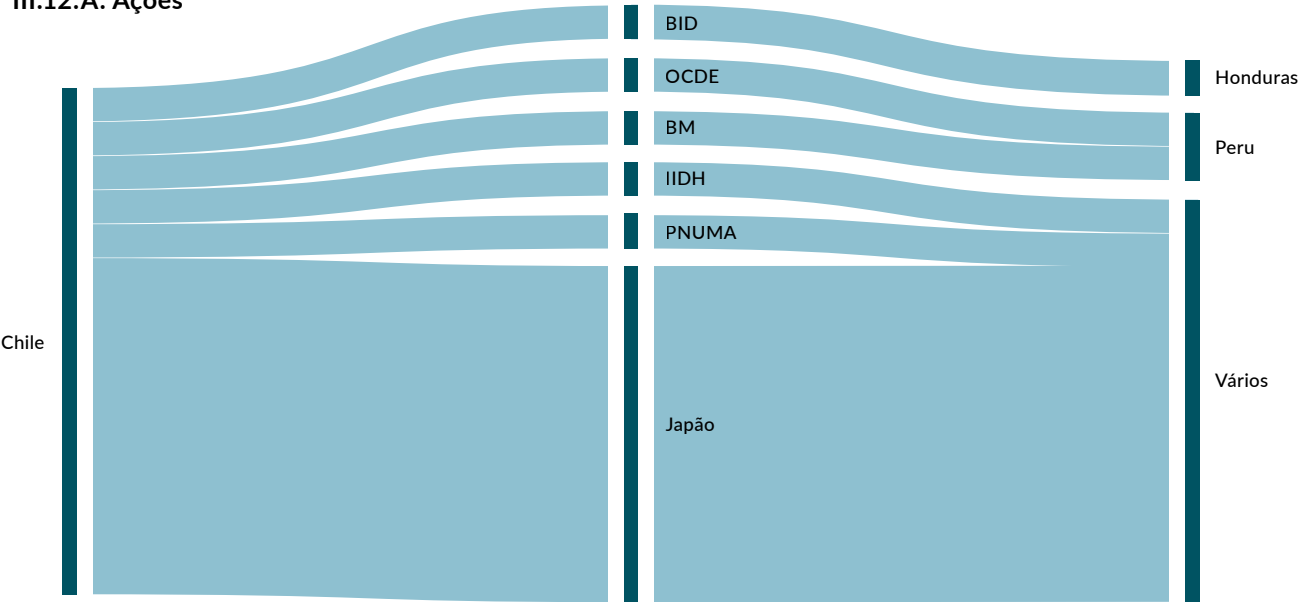
No que respeita aos 24 projetos de Cooperação Triangular, a observação do Gráfico III.12.B sugere que os principais parceiros do Chile no exercício do papel de segundo ofertante foram o México (até 9 projetos), Espanha (5) e Alemanha (4). Na parceria com o México, o foco da receção é colocado no conjunto dos países centro-americanos e caribenhos, enquanto que na CT que se estabelece com a Alemanha e a Espanha se tende a centrar num recetor, entre os quais se destacam o Peru, Paraguai e República Dominicana. O Quadro III.3 apresenta uma das interessantes experiências que se obtêm com este tipo de associações, neste caso através de um projeto de CT entre o Chile, Espanha e Paraguai para melhorar a convivência.

GRÁFICO III.12

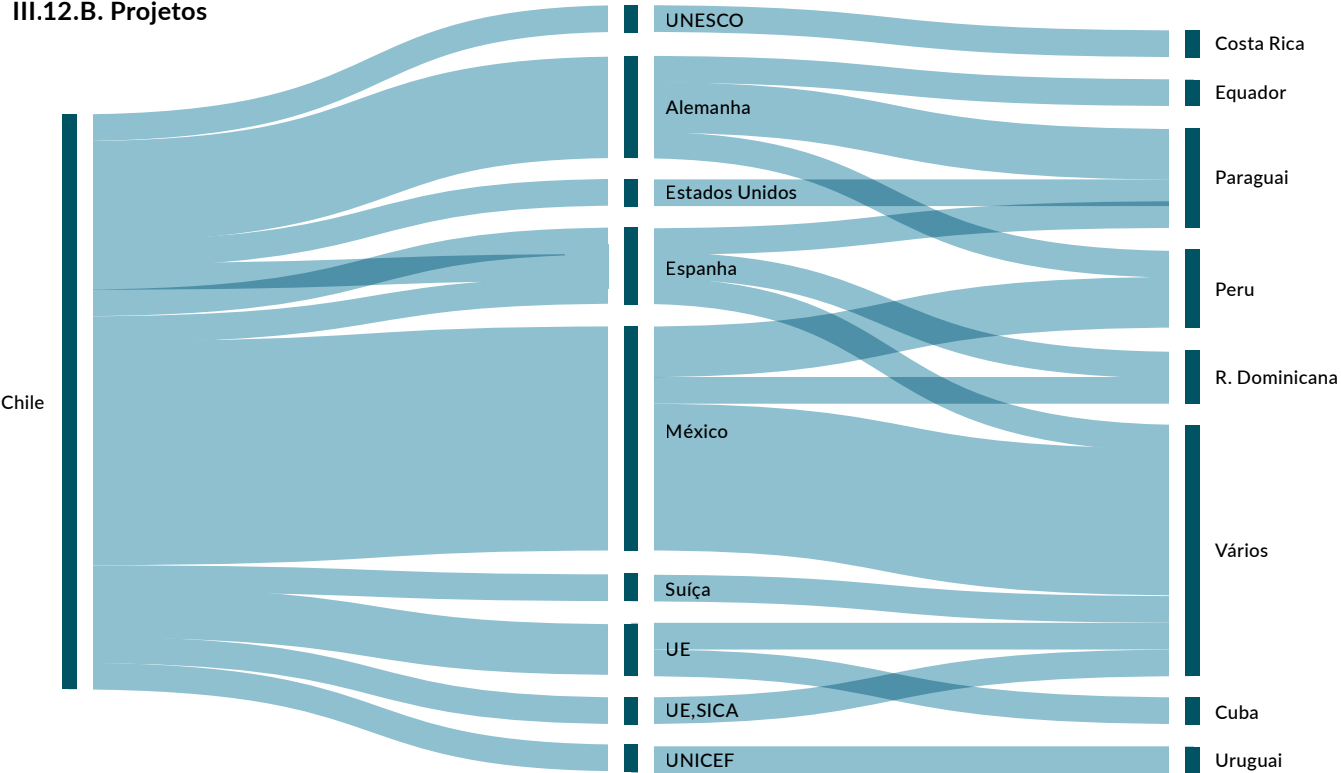
Distribuição das iniciativas de Cooperação Triangular do Chile no papel de primeiro ofertante, conforme o segundo ofertante e o recetor. 2019

Em unidades

III.12.A. Ações



III.12.B. Projetos



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Os dados anteriores também confirmam que praticamente 7 em cada 10 associações que o Chile estabelece quando promove projetos de Cooperação Triangular se apoiam nalgum dos mecanismos (Fundos Regionais e/ou Fundos Conjuntos) estabelecidos com a Alemanha, Espanha e México e que se especificam no Gráfico III.11. Se acrescentarmos a estes os projetos executados em parceria com os Estados Unidos e a Suíça, concluímos que 80% das triangulações em que o Chile participou em 2019,

foram amparadas e fomentadas na engrenagem institucional que este país construiu estrategicamente ao longo dos anos. Completam este panorama 20% dos projetos que se justificam pelo relacionamento pontual com outros agentes, destacando-se os pertencentes ao sistema das Nações Unidas (UNESCO e UNICEF) e à União Europeia, através do Instrumento promovido por esta a partir de 2014.

QUADRO III.3

Chile, Espanha e Paraguai: o futebol como ferramenta para o fortalecimento da convivência

É já muito conhecido o papel do desporto na conquista da saúde física e mental dos indivíduos, mas nos últimos anos também se alargou o seu reconhecimento como ferramenta de intervenção social para a melhoria da convivência e a consecução da paz. Existe, por exemplo, um Plano de Ação das Nações Unidas sobre Desporto para o Desenvolvimento e a Paz que também é nomeado com esse papel pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável:

Reconhecemos que o desporto contribui cada vez mais para tornar realidade o desenvolvimento e a paz, promovendo a tolerância e o respeito, e que também apoia o empoderamento das mulheres, jovens, pessoas e comunidades, bem como os objetivos em matéria de saúde, educação e inclusão social. (ONU, 2015, p. 11)

Há exemplos a nível internacional do uso do desporto como instrumento para a mudança social em contextos frágeis, entre os quais podemos destacar as experiências da Colômbia, Brasil, Haiti, África do Sul e Índia (Badia, 2017), bem como no âmbito da cooperação sul-sul e triangular.

Neste sentido, em 2019 deu-se início ao projeto “Fortalecimento dos Processos de Convivência Saudável no Bairro de San Francisco” entre o Chile (primeiro ofertante), Espanha (segundo ofertante) e Paraguai (recetor), com o objetivo de prevenir a violência e de, através do futebol, fortalecer a convivência das crianças e adolescentes entre os 6 e os 15 anos. Esta iniciativa enquadra-se na Fase II do Fundo Misto de Cooperação Triangular Espanha-Chile, criado em 2009, para reforçar a cooperação técnica entre o Chile e Espanha e promover o desenvolvimento na América Latina e no Caribe.

O projeto responde à necessidade de ir ao encontro dos membros das famílias afetadas pelas inundações dos *Bañados* de Assunção em 2014, uma das maiores inundações sofridas pelo Paraguai nos últimos anos e que afetou mais de 6.000 famílias. Essas famílias foram instaladas nas zonas mais vulneráveis da capital paraguaia. Pouco depois, surgiram alguns problemas de reinstalação e adaptação, que por vezes resultaram em conflitualidade entre os seus habitantes.

O projeto tem por objetivo fomentar a resiliência dos beneficiários, um processo fundamental tanto entre os habitantes do bairro como dentro das escolas. Neste contexto, desenvolvem-se esforços para que as crianças e os adolescentes se possam formar para assim contarem com ferramentas que favoreçam a convivência saudável e a liderança comunitária. Através de workshops sociodesportivos ministrados por equipas de profissionais em ciências do desporto e ciências sociais, também se vinculam outros agentes-chave, tais como pais de família, professores, jovens da comunidade e outros.

Esta iniciativa conta com a participação da *Fútbol Más*, uma fundação que realiza processos de formação e convivência há mais de 10 anos, promovendo o bem-estar de crianças e adolescentes que vivem em contextos de vulnerabilidade social ou que foram afetados por catástrofes naturais ou crises humanitárias (Fútbol Más, 2020). Neste sentido, a tecla dinamizadora da iniciativa é o desporto como instrumento pedagógico, mas também como um espaço adequado para a resolução pacífica de conflitos e controvérsias.

III.4

Análise setorial da Cooperação Triangular de 2019

A análise da Cooperação Triangular numa perspectiva setorial permite saber como a região contribuiu para reforçar as suas capacidades e alargar os seus conhecimentos. Para isso, em primeiro lugar identificaram-se os setores para os quais se orientaram os 97 projetos e as 33 ações mantidas em execução em 2019 e, em segundo lugar, aprofundou-se o perfil setorial de alguns dos agentes que participaram mais ativamente nesta modalidade de cooperação.

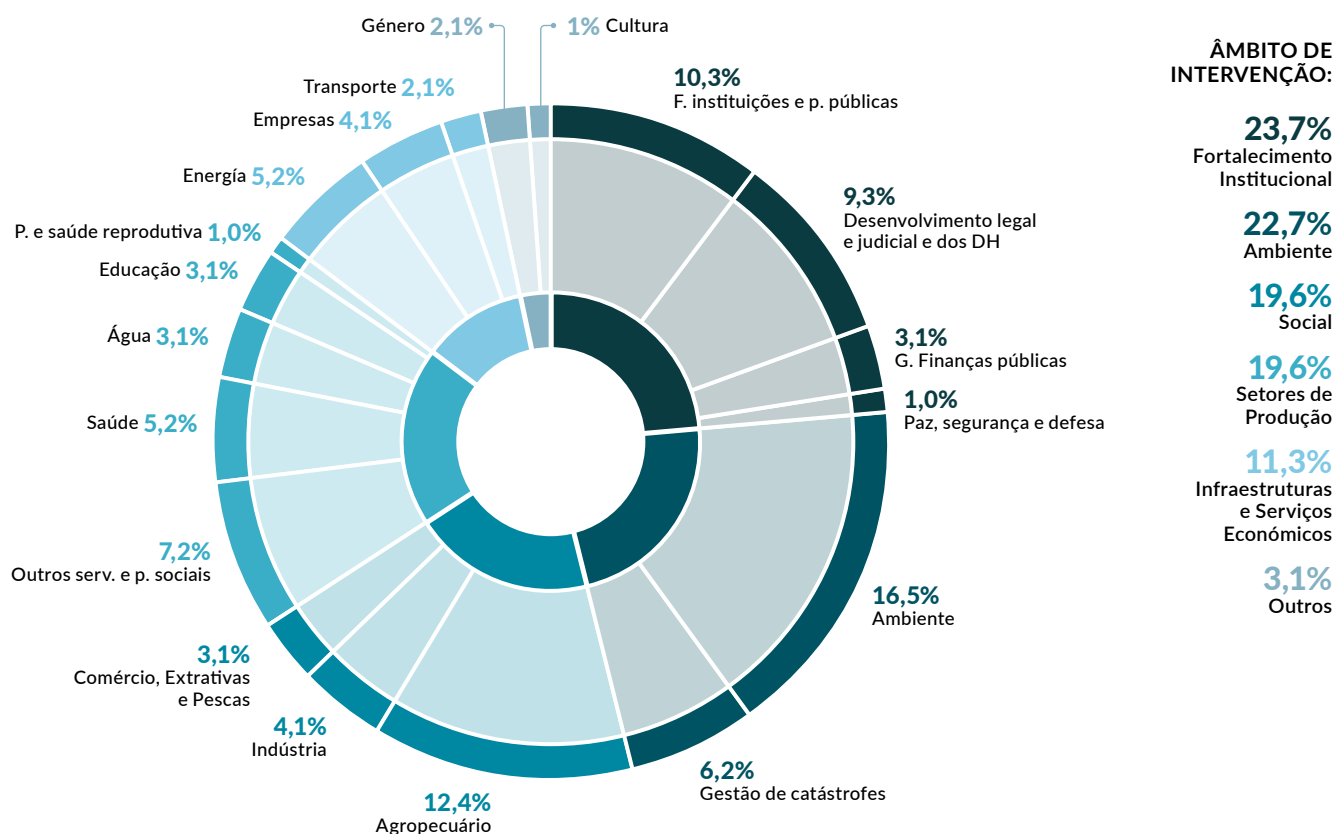
III.4.1. Capacidades fortalecidas

O Gráfico III.13 distribui os praticamente 100 projetos de Cooperação Triangular que estiveram em execução na Ibero-América em 2019, conforme o setor de atividade e o âmbito de intervenção a que cada um deles deu resposta. Como se pode observar numa primeira aproximação, uma grande parte (mais de 45%) dessa cooperação teve por objetivo reforçar capacidades relacionadas com o Fortalecimento Institucional (23,7% dos projetos) e o Ambiente (22,7%). Uma proporção muito próxima, de praticamente outros 40%, foi registada pelos intercâmbios que, com participações também próximas, procuraram apoiar um maior desenvolvimento Social e o Setor de Produtivo (em torno a 20% em cada caso). Menos relevante foi a CT dedicada à promoção de Infraestruturas e Serviços Económicos (11,3%) e a Outros âmbitos (3,1%).

GRÁFICO III.13

Projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Mais em pormenor, em 2019 destacaram-se os projetos de CT que procuraram fortalecer o *Ambiente* (16,5% dos intercâmbios finais) e o *setor Agropecuário* (12,4%). Neste sentido, a região apostou numa cooperação que melhorasse as capacidades dos países na luta contra a mudança do clima, proteção da biodiversidade e redução da degradação ambiental e poluição, neste caso através de projetos que fortalecessem a gestão integral de diferentes tipos de resíduos. Por sua vez, a Ibero-América centrou-se na agricultura familiar, com projetos que melhoraram o acesso ao financiamento dos pequenos agricultores, bem como a gestão das diferentes componentes da cadeia de valor de produtos tradicionais, tais como o abacate, algodão, gergelim, cacau e outros.

/// Em 2019 destacaram-se os projetos de CT que procuraram fortalecer o Ambiente (16,5% dos intercâmbios finais) e o setor Agropecuário (12,4%) ///

Seguiram-se, por ordem de importância relativa, os 20% que, no seu conjunto, representaram os projetos de CT destinados ao *Fortalecimento de instituições e políticas públicas e ao Desenvolvimento legal, judicial e dos direitos humanos*. Destacam-se aqui os intercâmbios para apoiar o ordenamento territorial, a modernização dos processos administrativos, a produção de dados estatísticos e a estrutura institucional do próprio sistema de cooperação internacional. Foram também particularmente relevantes os projetos dedicados à proteção da população migrante e, dentro desta, aos menores não acompanhados, bem como os impulsionados para promover a equidade racial, dando uma especial atenção aos direitos das pessoas afrodescendentes.

Quando aos atrás mencionados se acrescentam as contribuições para os setores dos *Outros serviços e políticas sociais* (7,2%) e da *Saúde* (5,2%), já se justificam 6 em cada 10 dos projetos de Cooperação Triangular mantidos em execução na Ibero-América ao longo de 2019. Entre os projetos que abordam este tipo de temas, incluem-se os dedicados à proteção e prestação de cuidados à população mais vulnerável (idosos e sem-abrigo); promoção da convivência e intervenções em povoamentos precários; atendimento pediátrico em cardiologia infantil; luta contra a subnutrição; e apoio às autoridades reguladoras dos medicamentos.

Por sua vez, quatro setores de atividade justificaram outros 20% dos projetos de CT registados em 2019. Trata-se de intercâmbios que visaram o fortalecimento de capacidades relativas, por um lado, à *Gestão de catástrofes* e, por outro lado, às próprias de áreas económicas como a *Energia, Empresas e Indústria*. Neste sentido, a prioridade dada à *Gestão de catástrofes* não só se manifestou na implementação de até 6 projetos de Cooperação Triangular, mas também se complementou com a execução de 8 ações que justificaram a maior parte (até 25%) do total das realizadas em 2019. No contexto de um ano de 2020 marcado pela pandemia global da COVID-19, as aprendizagens que se retirem deste tipo de iniciativas podem ser especialmente importantes, na medida em que afetam a gestão de uma emergência sanitária de dimensão mundial. Por esse motivo, elaborou-se o Quadro III.4, dedicado a identificar com mais rigor o conjunto das experiências de CT relativas a este setor.

QUADRO III.4

Gestão de catástrofes e construção de uma região mais resiliente face à crise da COVID-19

Os sistemas nacionais de gestão de risco de catástrofes e as organizações com experiência nesta questão têm muito a dizer na elaboração de respostas para a crise do novo coronavírus, já que estão preparadas para analisar o risco de forma multidimensional e os pontos fortes e fracos dos diferentes setores (Burón, 2020). A sua experiência acumulada permite fortalecer a resiliência e a preparação contra a crise. A própria OMS (2020), na sua estratégia contra a COVID-19, diz que “para proporcionar uma gestão coordenada de preparação e resposta à COVID-19, devem ativar-se mecanismos nacionais de gestão de emergências de saúde pública” e acrescenta que “em alguns contextos, isto pode realizar-se com o apoio da autoridade nacional de gestão de catástrofes ou de outras autoridades de gestão de crises.”

Nesta mesma linha, um estudo do Banco Mundial (2020) sobre a experiência da Ásia-Pacífico na resposta à COVID-19, identifica três grandes modalidades de coordenação intergovernamental: liderança direta da autoridade

máxima do Governo, do Ministério da Saúde ou do Sistema Nacional de Gestão de Catástrofes (SNGD). E embora cada uma delas tenha vantagens comparativas, no caso da terceira, o estudo demonstra que as respostas lideradas ou coordenadas pelos SNGD podem favorecer um rápido ajuste das medidas de preparação, que levem em conta diferentes tipos de risco.

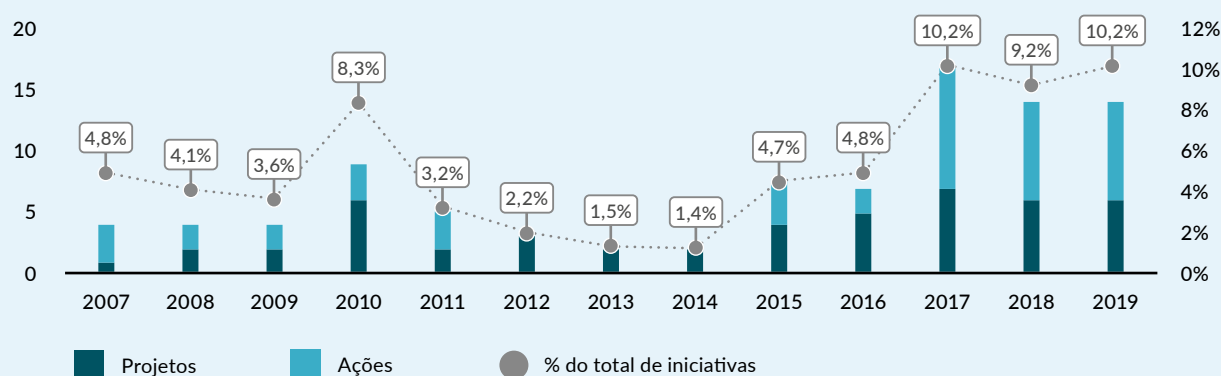
De facto, o papel que estas experiências podem desempenhar é muito importante não só na primeira fase, coincidindo com a necessária atenção dada à emergência, mas também em etapas posteriores para a recuperação, e inclusive para a prevenção e previsão de futuras pandemias. Os riscos de catástrofes naturais também se combinam com a emergência sanitária, uma complexidade que é necessário abordar focalizando-nos nas pessoas, especialmente nas mais vulneráveis. Exemplo disso foi a devastadora passagem dos furacões Eta e Iota pelas regiões da América Central e do Caribe durante o mês de novembro de 2020, em plena crise da COVID-19. Nesse mesmo sentido,

o Escritório Europeu da Cruz Vermelha (2020) salienta que, nesta época, a boa gestão do risco de catástrofes é mais importante do que nunca para assegurar que ninguém fique para trás, tal como defende a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Neste contexto, é de salientar a crescente importância das iniciativas promovidas para fortalecer capacidades relativas à *Gestão de catástrofes* no quadro da Cooperação Triangular. Com efeito, tal como sugere o gráfico seguinte, nos últimos anos o número de ações e projetos triangulares dedicados à *Gestão de catástrofes* ganhou terreno, aumentando tanto em termos relativos quanto absolutos, sobretudo de 2014 até 2019, período em que as iniciativas deste tipo quadruplicaram. Na realidade, em 2019 a *Gestão de catástrofes* agrupou 8 ações e 6 projetos, o que representa quase um décimo das iniciativas que estavam em execução nesse ano.

Evolução dos projetos e ações no setor da Gestão de catástrofes. 2007-2019

Em unidades e como percentagem do total das iniciativas em execução em cada ano



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções gerais de cooperação



Para aprofundar um pouco mais o conteúdo concreto da CT da região em *Gestão de catástrofes*, a seguir descrevemos alguns dos projetos e ações de 2019 executados neste setor.

Por um lado, encontram-se as ações do Kizuna, uma iniciativa de cooperação entre o Japão e o Chile, na qual os dois países potenciam a sua experiência e as aprendizagens adquiridas na redução do risco de catástrofes, bem como nos mais de trinta anos de trabalho conjunto, para fortalecer as capacidades técnicas dos profissionais da América Latina e do Caribe. Funciona desde 2015 e, através de cursos, seminários, mestrados e licenciaturas, aborda temas tais como os tsunamis, terremotos e incêndios florestais a fim de

construir uma região mais resiliente e de melhorar, entre outras coisas, a preparação da população, os tempos de resposta e os processos de reconstrução. Além disso, o projeto Kizuna coloca uma ênfase especial na criação de uma rede regional para a redução do risco de catástrofes. (AGCID, 2020).

Quanto aos projetos de 2019, as parcerias estabelecidas e os temas abordados são muito diversos. Dois deles contam com o Brasil e a OEA como ofertantes no contexto do *Fundo Brasileiro de Cooperação da OEA (FBC/OEA)*: um sobre resgate de pessoas e outro sobre incêndios urbanos. Por sua vez, outros dois são apoiados pelo *Fundo Regional da Alemanha para a Cooperação Triangular na América Latina e no Caribe*. Em particular, um deles

procura fortalecer o Sistema de Alerta Precoce (SAT) da República Dominicana, especialmente na comunicação interinstitucional e na missão de alertas sobre eventos hidrometeorológicos.

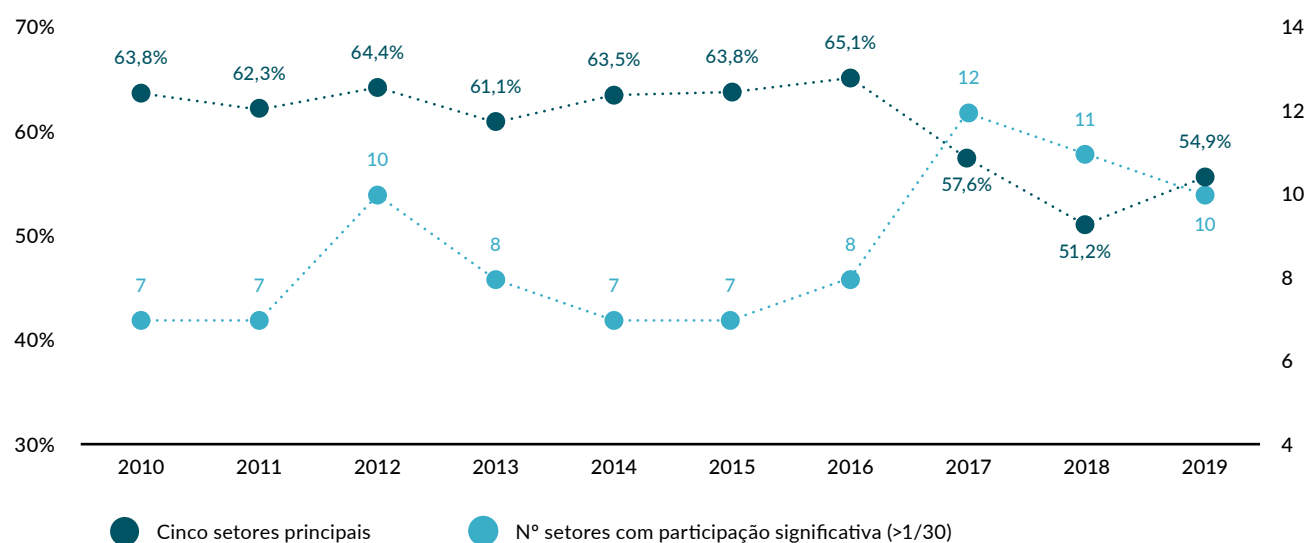
Este último projeto é um bom exemplo, que serve para ilustrar como nos últimos anos as capacidades partilhadas pelos países em *Gestão de catástrofes* através da cooperação também podem ter reforçado a resposta da nossa região contra a pandemia da COVID-19, já que muitos aspetos fundamentais, tais como a coordenação intersetorial e a comunicação adequada, são comuns às catástrofes de origem natural e às emergências sanitárias.

Fonte: SEGIB a partir de Burón (2020), Escritório Europeu da Cruz Vermelha (2020), OMS (2020), Banco Mundial (2020) e página web da AGCID (2020).

GRÁFICO III.14

Evolução da participação dos setores de atividade nos projetos de Cooperação Triangular. 2010-2019

Peso dos cinco principais, em percentagem; número de setores com participação significativa, em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Para completar o panorama das capacidades fortalecidas setorialmente através dos projetos de CT promovidos na região ao longo de 2019, deve acrescentar-se que os últimos 20% visaram objetivos muito diferentes, relacionados com um máximo de 11 setores de atividade. Este dado sugere que há uma tendência para a diversificação setorial da Cooperação Triangular, gerada em torno da progressiva introdução de novos tipos de capacidades. Para o corroborar, elaborou-se o Gráfico III.14, que combina dois tipos de informações relativas ao período 2010-2019: a primeira refere-se à percentagem de participação acumulada anualmente pelos cinco setores mais importantes; e a segunda, ao número de setores que, todos os anos, têm uma presença suficientemente significativa no conjunto da Cooperação Triangular.³ Assim, efetivamente o gráfico

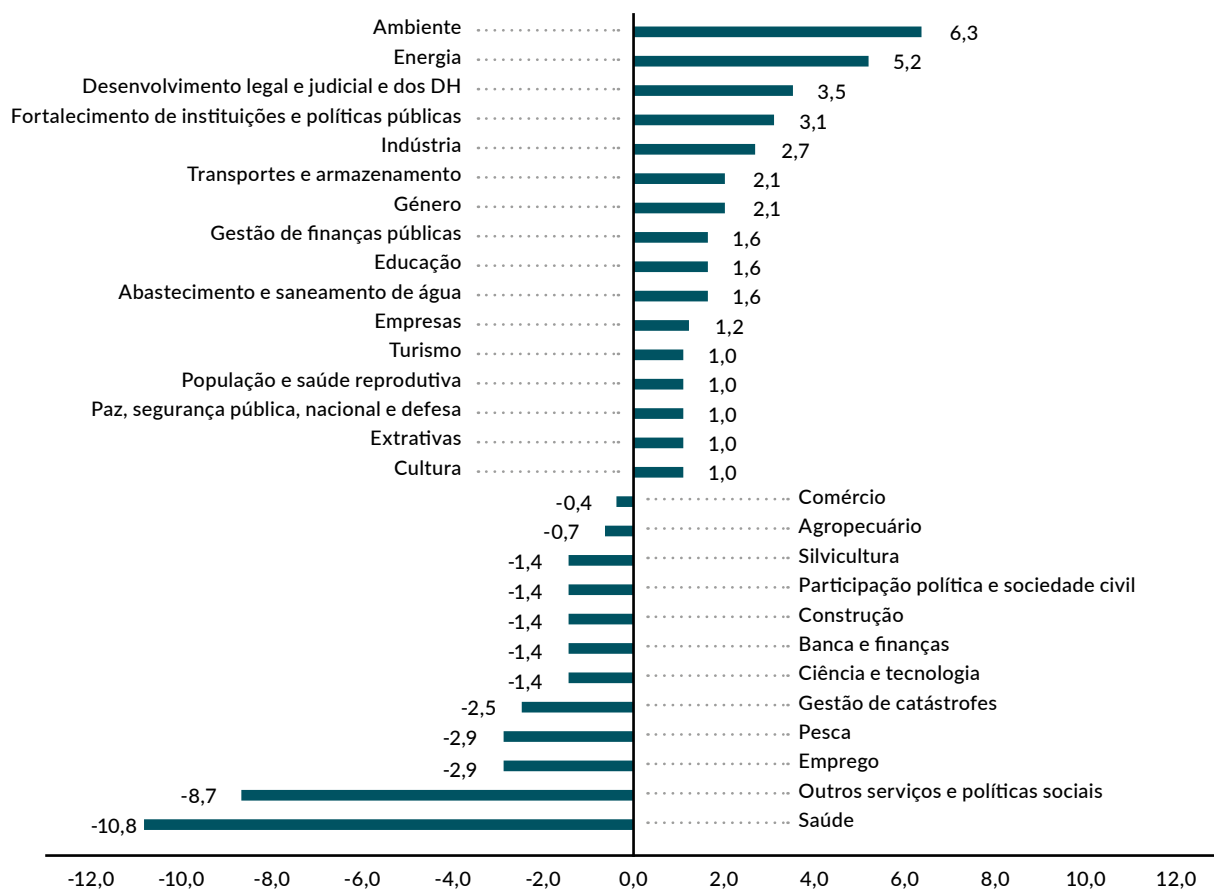
mostra como nestes 10 anos os cinco principais setores perderam cerca de 10 pontos percentuais de participação (de 64% para 55%), ao passo que os setores que participam na CT com um número significativo de projetos aumentaram de 7 para 10.

No entanto, as alterações verificadas na última década não só se limitam à diversificação em torno do fortalecimento de novas capacidades, mas também a uma modificação de prioridades. Com efeito, o Gráfico III.15 compara o peso relativo de cada um dos setores de atividade com o total dos projetos de Cooperação Triangular em execução nos anos de 2010 e 2019, bem como a variação absoluta registada nesse período. O Gráfico III.16 apresenta a mesma situação quanto aos diferentes âmbitos de intervenção visados pelos projetos nesses mesmos anos.

GRÁFICO III.15

Alteração na participação dos setores de atividade sobre o total dos projetos de Cooperação Triangular. 2010-2019

Em pontos percentuais



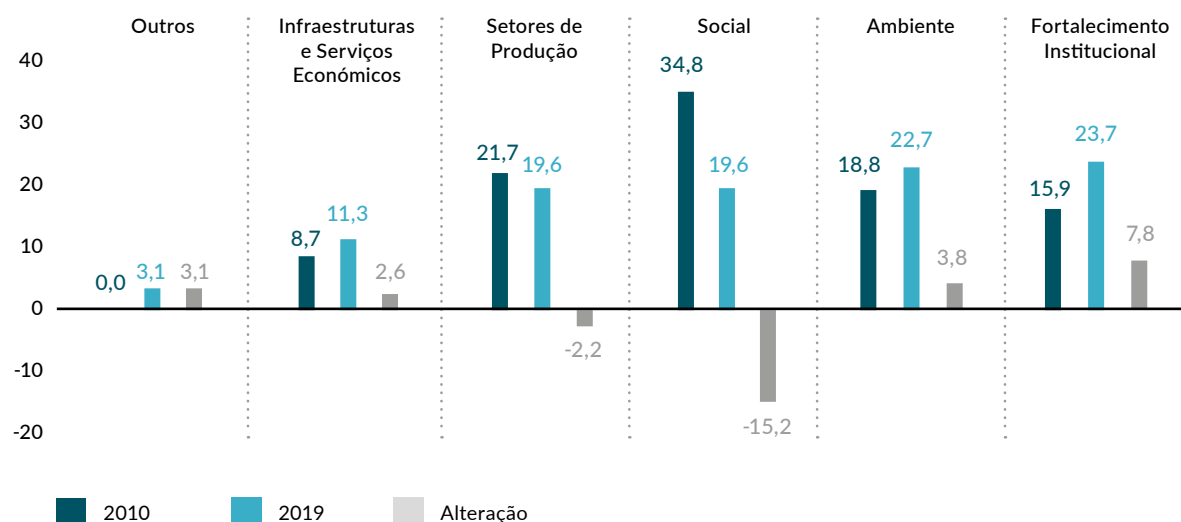
Nota: não se incluem os setores *Outros* e *Comunicações*, pois estes não registaram projetos em nenhum dos dois anos tidos em conta.
Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação.

³ Como indicador, calcula-se para cada setor a sua representação relativa sobre o total dos projetos em execução em cada ano e contabilizam-se os que registam uma participação superior a 3,33%. A barreira situa-se nessa percentagem porque, numa distribuição plenamente equitativa, a cada projeto corresponde 1 setor dos 30 reconhecidos no espaço ibero-americano (1/30). Em consequência, considera-se que um setor se integra de forma relativamente significativa no conjunto da CT quando a participação dos projetos que visam esse setor cria um valor superior a 1/30; enquanto que quando se situa abaixo desse valor, se considera uma integração pontual e não significativa.

GRÁFICO III.16

Alteração na participação dos âmbitos de intervenção sobre o total dos projetos de Cooperação Triangular. 2010-2019

Participação, em percentagem; alteração, em pontos percentuais



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Neste sentido, quando a observação do Gráfico III.15 se centra nos seis principais setores de atividade de 2019, constata-se a importante alteração registada na última década. Assim, o *Ambiente*, o *Fortalecimento das instituições e das políticas públicas* e o *Desenvolvimento legal, judicial e dos DH*, aumentaram significativamente a sua participação no total dos projetos executados: entre 3 e 6 pontos percentuais em cada caso, apenas numa década. Esse ganho produziu-se à custa de uma queda significativa dos setores *Outros serviços e políticas sociais* e *Saúde*, cuja participação regista respetivamente quase 9 e 11 pontos percentuais menos. A única atividade relevante que se mantém estável ao longo de todo o período é a *Agropecuária* (-0,7 pontos). Estas alterações produzem-se ao mesmo tempo que a região também dá mais prioridade ao fortalecimento das capacidades relativas ao setor da *Energia*, cujo peso aumentou 5 pontos.

Neste cenário, a leitura em termos de âmbitos de intervenção é compreensível. Com efeito, entre 2010 e 2019, os projetos de Cooperação Triangular orientados para fortalecer o domínio Social perderam 15 pontos percentuais de participação. Trata-se de uma queda significativa na ordem de prioridades da região, compensada pelo incipiente aumento da cooperação destinada

ao Fortalecimento Institucional (quase 8 pontos), Ambiente (cerca de 4) e, em menor medida, criação de Infraestruturas e Serviços Económicos (2,6).

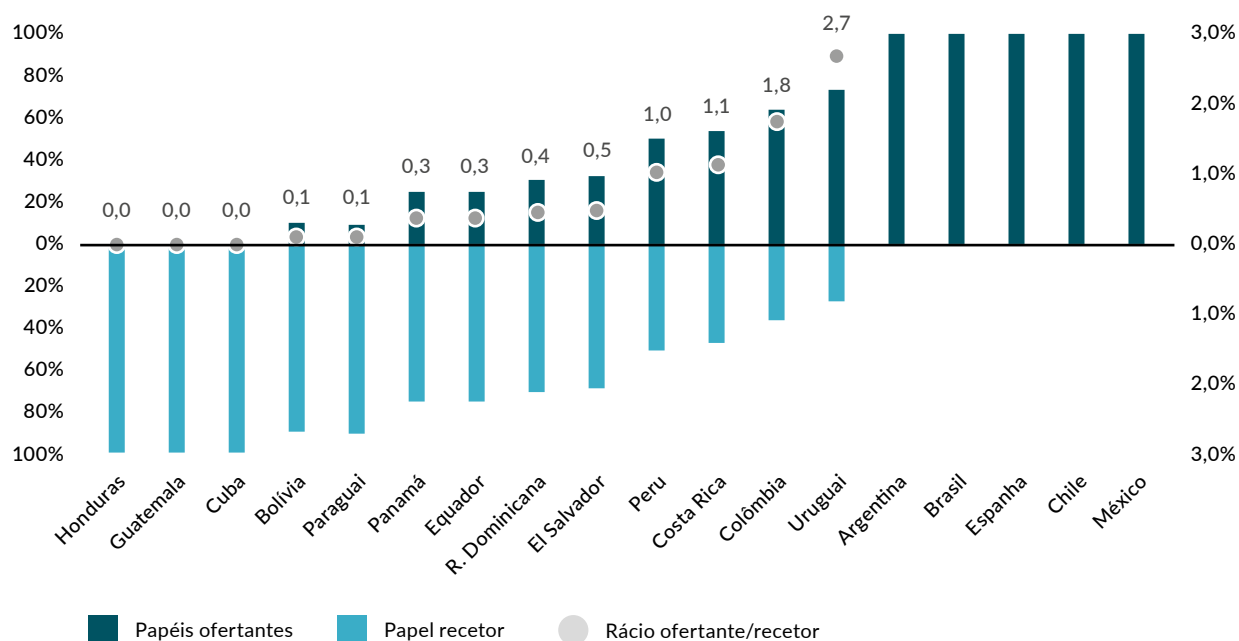
III.4.2. Perfil dos principais agentes

Outra leitura sobre como a Cooperação Triangular contribuiu para o fortalecimento de capacidades, pode realizar-se estudando os perfis setoriais dos países, diferentes conforme o papel exercido. Para isso, em primeiro lugar elaborou-se o Gráfico III.17, o qual distribui cada país conforme a contribuição relativa que os papéis de recetor e, de forma agregada, os de primeiro e segundo ofertante, representaram sobre o total dos projetos de CT em que cada um deles participou. Além disso, acrescenta-se um dado relativo ao rácio que os projetos em que interveio como ofertante representaram sobre aqueles em que o fez como recetor.

GRÁFICO III.17

Perfil dos países, conforme a sua participação nos papéis de ofertante e recetor. 2019

Contribuição relativa de cada papel, em percentagem; rácio, em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

A sua observação permite distinguir até três grupos de países com perfis diferentes. Em primeiro lugar, os países centro-americanos, caribenhos e andinos (Guatemala, Honduras, Panamá e El Salvador; Cuba e República Dominicana; e Bolívia e Equador) juntamente com o Paraguai, cuja participação na CT de 2019 esteve principalmente orientada para a receção de capacidades. Em segundo lugar, com um perfil preferencialmente ofertante, transferindo capacidades e/ou apoiando essa transferência, situaram-se o México, a par da Colômbia, Brasil, Argentina, Uruguai e Chile na América do Sul, e Espanha. A maior parte deles (à exceção da Colômbia, Uruguai e, dada a sua natureza, Espanha), limitara a sua participação como recetores a projetos onde partilharam o exercício desse papel com vários parceiros. Merecem uma menção especial o Peru e a Costa Rica, os quais combinaram os dois papéis em proporções praticamente iguais, tal como sugerem os respetivos rácios entre o oferecido e o recebido, ambos em torno da unidade.

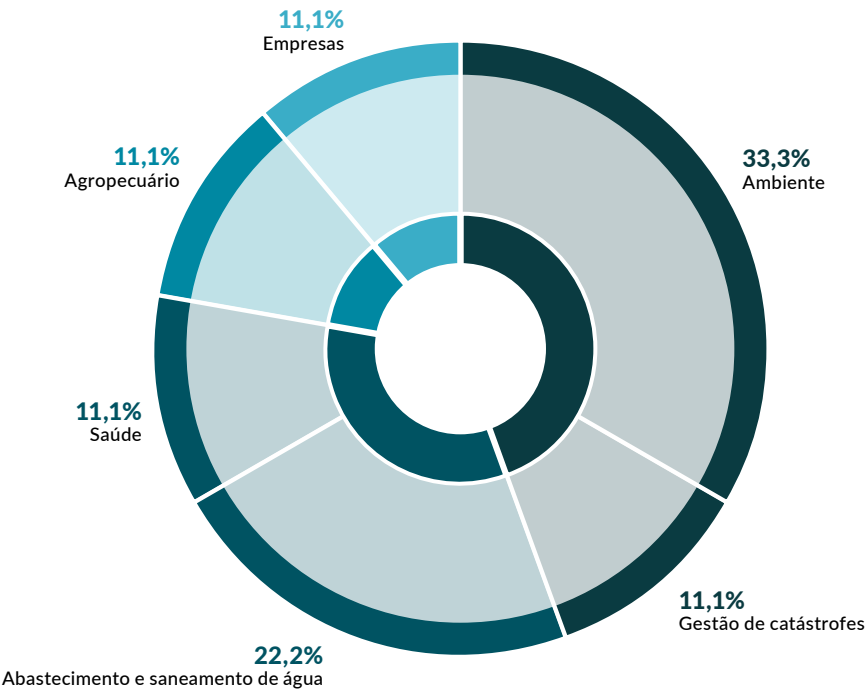
Para ilustrar o tipo de capacidades que os países tendem a reforçar quando exercem o papel de recetores, escolheram-se dois dos países que participaram num maior número de intercâmbios: a Bolívia e o Paraguai, cada um deles com 9 projetos. Os Gráficos III.18 e III.19 distribuem os respetivos

projetos segundo o setor de atividade e domínio de intervenção. Tal como se pode observar, os perfis diferem. No caso da Bolívia (III.18), um terço dos projetos visou o fortalecimento do *Ambiente* (gestão de diferentes resíduos e monitorização de glaciares). Se acrescentarmos a cooperação relativa à *Gestão de catástrofes* (previsão de ameaças) no mesmo âmbito, justificamos praticamente metade do intercambiado. Outro terço tem uma orientação Social, destacando-se o fortalecimento de capacidades para o *Abastecimento e saneamento de água* (prestação de serviços, sobretudo em áreas rurais, e capacitação de profissionais).

GRÁFICO III.18

Distribuição dos projetos de CT em que a Bolívia participou como recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



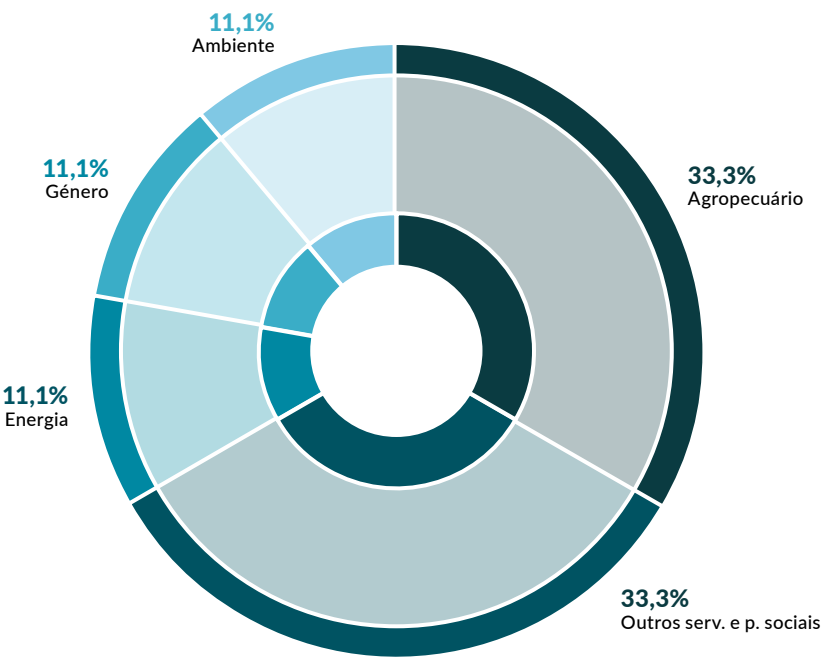
ÂMBITO DE INTERVENÇÃO:

- 44,4% Ambiente
- 33,3% Social
- 11,1% Setores de Produção
- 11,1% Infraestruturas e Serviços Económicos

GRÁFICO III.19

Distribuição dos projetos CT em que o Paraguai participou como recetor, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



ÂMBITO DE INTERVENÇÃO:

- 33,3% Social
- 33,3% Setores de Produção
- 11,1% Infraestruturas e Serviços Económicos
- 11,1% Outros Âmbitos
- 11,1% Ambiente

Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

// No que se refere ao resto dos países com um perfil proeminentemente recetor, tratou-se de uma cooperação muito diversificada, que afetou inclusive El Salvador (máximo recetor de 2019), o qual distribuiu os seus 13 projetos de CT em praticamente uma dezena de setores diferentes //

Entretanto, dois terços dos projetos que o Paraguai recebeu (Gráfico III.19) centraram-se em apoiar os âmbitos Social e dos Setores Produtivos, em proporções equivalentes. Destacaram-se as experiências que reforçaram os *Outros serviços e políticas sociais*, através do apoio aos sistemas de atendimento às famílias, às intervenções em povoadamentos precários e à promoção da melhoria da convivência, explicada no Quadro III.3. Também se salientaram as relacionadas com o âmbito *Agropecuário* e as dedicadas a promover

a inclusão financeira dos produtores rurais, bem como a capacitação em técnicas de cultivo e de produção hidropônica de hortaliças.

No que se refere ao resto dos países com um perfil proeminentemente recetor, tratou-se de uma cooperação muito diversificada, que afetou inclusive El Salvador (máximo recetor de 2019), o qual distribuiu os seus 13 projetos de CT em praticamente uma dezena de setores diferentes. As especializações mais marcadas verificaram-se por parte do Equador, com mais de metade dos projetos (4 sobre 6) dedicados à promoção do *Ambiente*, em especial através do fortalecimento de capacidades relativas à gestão do fogo na conservação do património natural e da biodiversidade; bem como de Cuba, que concentrou a maior parte da cooperação recebida (5 sobre 6) no apoio a questões de tipo económico. Sublinha-se aqui o projeto para promover o uso da energia sustentável, também recebido pela República Dominicana e que, tal como especifica o Quadro III.5, contou com o México e a Alemanha nos papéis de primeiro e segundo ofertante.

QUADRO III.5

Energias renováveis e Infraestruturas de qualidade: o caso de Cuba e da República Dominicana

Todos os países do mundo estão mandatados no sentido de transitar para o uso de energias mais sustentáveis. Para combater com eficácia a mudança climática, será portanto necessário reduzir as emissões de CO₂ a um ritmo semelhante àquele com que aumentaram no último meio século e promover uma transformação do modelo energético.

Um dos instrumentos colocados à disposição dos países para realizar essa transformação denomina-se Infraestrutura da Qualidade (IC). Este constitui-se em torno do conjunto das

disposições legislativas e dos organismos criados por um Estado para, de acordo com os cânones internacionalmente estabelecidos, poder certificar a qualidade da produção criada pela sua indústria. Na medida em que se estabelece com base em padrões de comparabilidade, a IC torna-se num elemento essencial para garantir a qualidade dos produtos e serviços de um país e a sua inserção nos mercados nacionais e internacionais. Embora o seu objetivo seja mais amplo, a IC pode contribuir para a transformação do modelo energético subjacente à produção de bens e serviços.

Ambos os elementos, transição energética e IC, são combinados no projeto *Fortalecimento da Infraestrutura da Qualidade para Energias Renováveis e Eficiência Energética*, uma experiência de Cooperação Triangular que envolve o México e a Alemanha a partir dos papéis ofertantes, e Cuba e a República Dominicana no de recetor. Nos antecedentes deste projeto triangular, lançado em 2018, encontra-se um programa de colaboração bilateral entre a Alemanha e o México em vigor a partir de 2013 e denominado *Energia sustentável*. Através de múltiplos intercâmbios de

cooperação técnica, o Instituto Nacional de Metrologia da Alemanha (PTB) e várias entidades mexicanas trabalham para fazer avançar a transição do México para energias mais sustentáveis. Trata-se de um objetivo que está em conformidade com o Programa de Desenvolvimento do Sistema Elétrico Nacional Mexicano (PRODESEN) e com a sua Lei de Transição Energética (LTE) de 2015, e que estabelece como finalidade uma participação mínima de energias limpas na produção elétrica de 30% em 2021 e de 35 % em 2024 (Câmara de deputados do H. Congresso da União, 2015, p. 37).

A introdução da componente triangular no projeto responde ao objetivo de transferir para Cuba e para a República Dominicana as capacidades existentes em matéria de Infraestrutura da Qualidade, por forma a apoiar a sua transição

energética. Ambos os países têm também um roteiro definido: mais concretamente, Cuba pretende aumentar a percentagem de energias renováveis no seu cabaz energético de 4,3% em 2014 para 24% em 2030 (Conselho de Estado da República de Cuba, 2019, p.1) e, conforme a Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA, 2017), até 2030, a República Dominicana quer aumentar a quota de energias renováveis no seu cabaz energético de 9% para 27%.

Neste sentido, o projeto de Cooperação Triangular que o México e a Alemanha promovem em Cuba e na República Dominicana facilita aos dois países caribenhos a introdução e a crescente aplicação das energias fotovoltaica e termo-solar no fornecimento de água quente à população. Para esse efeito, o projeto concretiza-se no desenvolvimento de mecanismos

e ferramentas de rastreabilidade metrológica, certificação de produtos e sistemas, adoção e adaptação de regulamentações internacionais, e fortalecimento de laboratórios de ensaios e organismos avaliadores da conformidade da qualidade dos aquecedores solares.

Fonte: SEGIB a partir da IRENA (2017), Gazeta Oficial da República de Cuba (2019) e Congresso Geral dos Estados Unidos Mexicanos (2015).

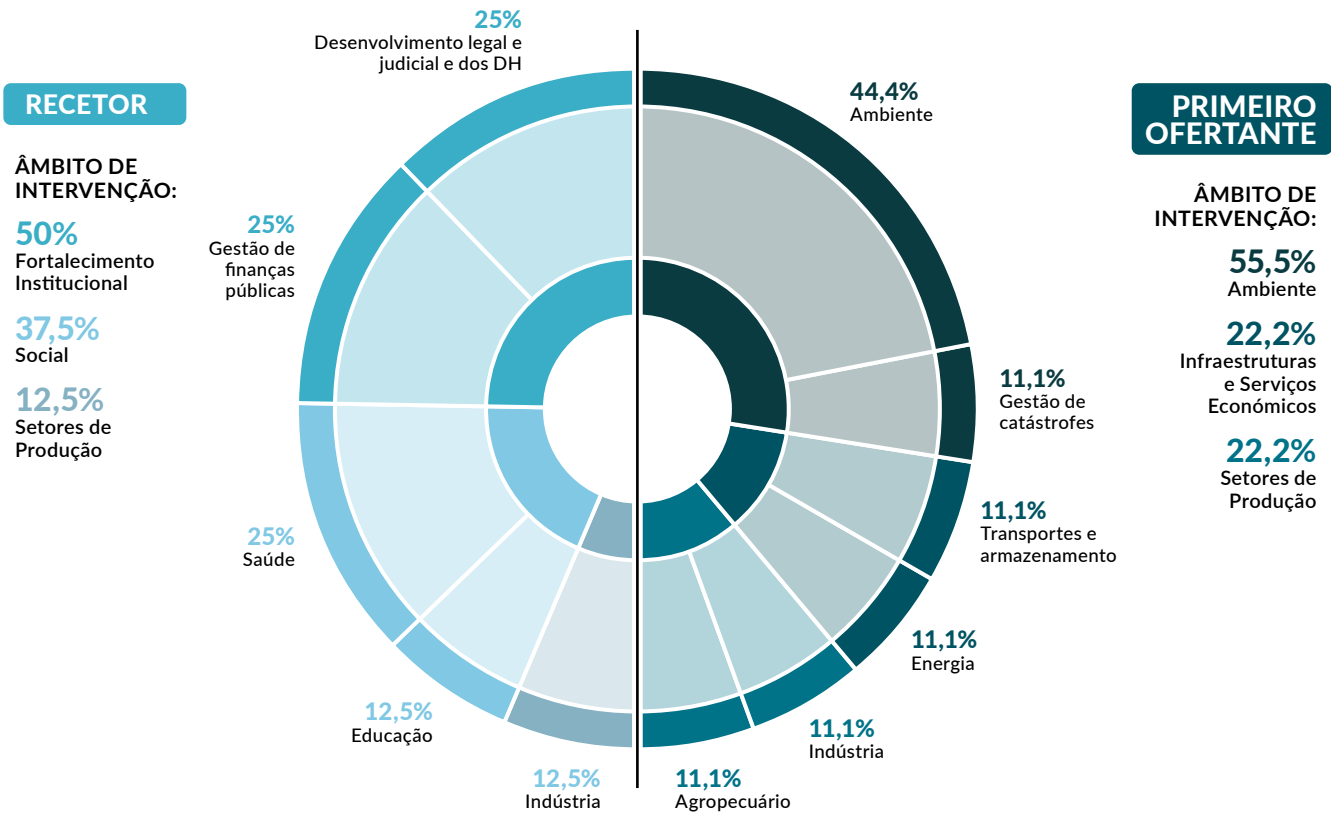
/// A gestão das políticas públicas, sobretudo a nível local, foi um dos pontos fortes da cooperação uruguaia, ao passo que a Colômbia favoreceu a transferencia de capacidades mais económicas, relacionadas com o empreendedorismo e as empresas ///

Por sua vez, o Peru e a Costa Rica foram os dois países que combinaram de forma mais proporcional os papéis de ofertante e recetor: em 5 projetos relativamente a outros 5, no caso peruano; e em 9 relativamente a 8, no costa-riquense. Neste sentido, a participação do Peru na Cooperação Triangular de 2019 permitiu-lhe reforçar as suas capacidades no que respeita ao *Ambiente* (4 em 5 dedicados ao consumo sustentável e pagamento de serviços ambientais), e simultaneamente transferir a sua experiência no domínio Social (*Educação*, especialmente nas áreas rurais e da água), e no do *Género*, neste caso a partir de um projeto claramente ibero-americano, apresentado no Quadro III.6, no qual o Peru e Espanha acompanharam El Salvador na institucionalização de um sistema de informações que contribui para analisar e travar o fenómeno da violência contra as mulheres.

GRÁFICO III.20

Distribuição dos projetos de CT em que a Costa Rica participou como recetor e primeiro ofertante, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

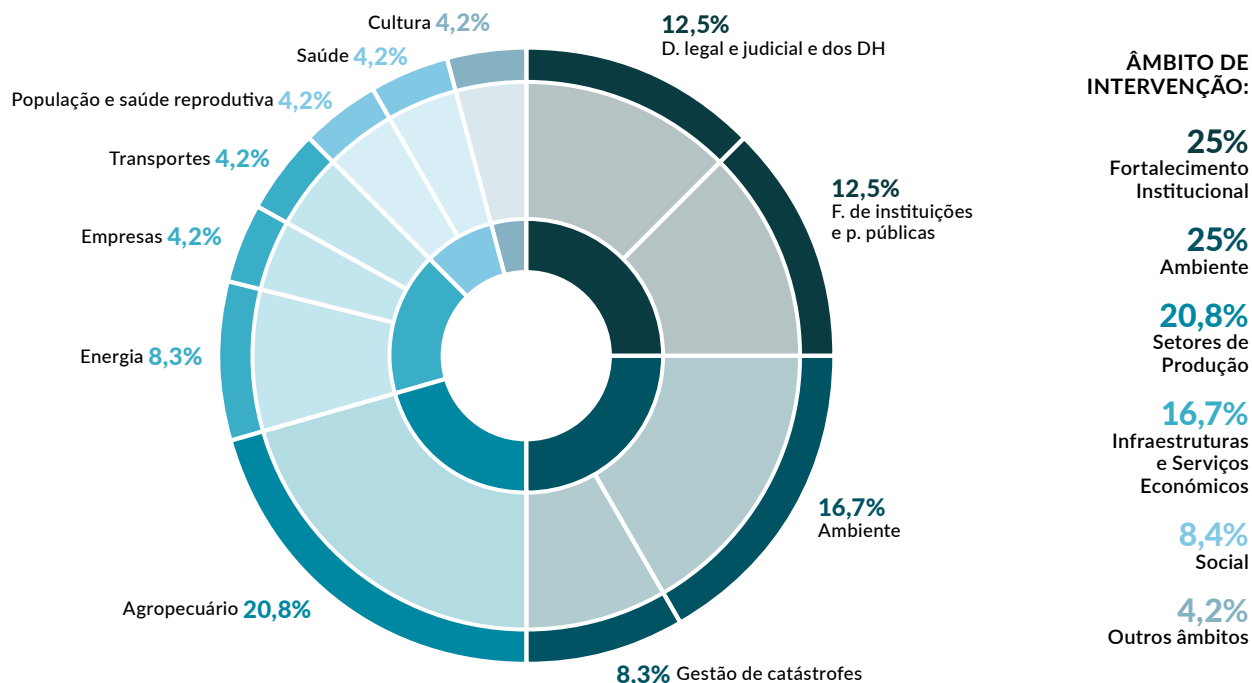
Tal como acontece com o Peru, o perfil da Costa Rica também apresenta uma forte complementaridade. Pelo menos isso é o que sugere o Gráfico III.20, que distribui os projetos nos quais a Costa Rica participou em 2019 nos papéis de recetor e primeiro ofertante, conforme o setor de atividade e o âmbito de intervenção. Assim, o país aproveitou a CT recebida para fortalecer, de forma preferencial, as suas políticas públicas em matéria legal, judicial e de Direitos Humanos (adoção do Sistema de Monitorização de Recomendações —SIMORE PLUS— e fortalecimento da Justiça Reparadora), e de *Gestão de Finanças Públicas*, a par de outras do domínio Social, tais como as de *Saúde* (regulamentação

dos processos de dádvia e transplantação, medicamentos e tecnologias de saúde) e de *Educação* (guias pedagógicos para a primeira infância). Em contrapartida, desempenhou o papel de primeiro ofertante em projetos que lhe permitiram partilhar com os seus parceiros a reconhecida experiência nas áreas do *Ambiente* (conservação de recifes e do património natural) e da *Gestão de catástrofes* (gestão integral do fogo em áreas naturais), bem como em outras com clara orientação económica, combinando a cooperação nos setores *Agropecuário*, *Indústria*, *Energia* e *Transportes e armazenamento*.

GRÁFICO III.21

Distribuição dos projetos de CT em que o México participou como primeiro e/ou segundo ofertante, conforme o setor de atividade e âmbito de intervenção. 2019

Em percentagem



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

No que se refere aos países com um perfil maioritariamente ofertante, o Gráfico III.21 ilustra o exemplo do México, que alternou os papéis de primeiro e segundo ofertante em 25 projetos de CT. Neste caso, 70% dos intercâmbios permitiram ao país transferir para os seus parceiros capacidades relacionadas com três âmbitos de intervenção: Fortalecimento Institucional (25% dos projetos), Ambiente (outros 25%) e Sectores Produtivos (20%, que se justificam exclusivamente pela *Agropecuária*, a atividade mais relevante de 2019). Em concreto, o México partilhou as suas experiências para reforçar a cadeia de valor de produtos tradicionais, tais como o gergelim, figueira-da-índia, cacau e abacate, através de iniciativas que abordaram todo o ciclo de produção, desde a colheita até à comercialização, para além de pontualmente apoiar os processos de Certificação Eletrónica Fitossanitária e de Proteção da Saúde Animal. Quanto ao *Ambiente* e à *Gestão de catástrofes*, este país contribuiu para o diagnóstico da situação dos recicladores de resíduos sólidos urbanos, a promoção do consumo sustentável e a gestão de Big Data aplicada à conservação de ecossistemas; para além de partilhar a sua experiência na prevenção de riscos e Sistemas de Alerta Precoce (SAT). Finalmente, focou parte das intervenções em apoiar o desenvolvimento das

políticas públicas dos seus parceiros, centrando-se nas relativas aos Direitos Humanos e à melhoria das condições da passagem de população migrante, em especial, dos menores não acompanhados.

A frequente associação do Chile com o México, alternando os papéis de primeiro e segundo ofertante, explica que o perfil setorial de ambos tenha muitos elementos em comum. No caso chileno, o aspeto diferencial é dado pelo peso dos projetos de CT de tipo Social, resultantes das associações com a Alemanha e Espanha como segundos ofertantes. Destacam-se os projetos para o desenvolvimento inclusivo, a implementação de metodologias para a intervenção em povoados precários e a melhoria da convivência, bem como aqueles que, numa perspectiva de *Saúde*, procuraram reduzir a subnutrição crónica e fazer avançar a segurança alimentar.

O perfil dos restantes países maioritariamente ofertantes foi mais diversificado, mas, mesmo assim, puderam destacar-se algumas componentes setoriais. De facto, na CT de Espanha tiveram uma participação relevante os projetos ambientais, mas também os relativos ao *Abastecimento e saneamento de água* e à *Gestão das finanças públicas* (compras e práticas fiscais), para além dos de *Género*, especificados no Quadro III.6. Entretanto, os projetos da área do *Ambiente*,

dedicados à conservação da biodiversidade, luta contra a desertificação e mudança climática, e gestão do fogo para conservar o património natural, fazem parte da experiência partilhada pelo Brasil. A CT da Argentina centrou-se na transferência de capacidades nos setores *Agropecuário* e da *Indústria*, em ambos os casos com uma forte componente pecuária, e no dos *Outros serviços e políticas sociais*, com uma ênfase

especial no atendimento aos idosos. Finalmente, a gestão das políticas públicas, sobretudo a nível local, foi um dos pontos fortes da cooperação uruguaia, ao passo que a Colômbia favoreceu a transferência de capacidades mais económicas, relacionadas com o empreendedorismo e as empresas.

QUADRO III.6

A experiência do Peru, Espanha e El Salvador no combate à violência exercida contra as mulheres

A morte violenta de mulheres por razões de género constitui a forma mais extrema de violência contra as mulheres. Embora existam especificidades que dependem dos diferentes contextos socioculturais, o femicídio ou feminicídio¹ é um fenómeno global que tem vindo a alcançar proporções alarmantes em todo o mundo. De acordo com as informações mais recentes do Observatório da Igualdade de Género da América Latina e do Caribe da CEPAL (2020), que inclui informações oficiais de 15 países da América Latina e 4 do Caribe, 4.555 mulheres foram vítimas de feminicídio ou femicídio em 2019. No entanto, a dimensão real pode ser muito maior devido, entre outros motivos, ao sub-registo dos casos que não são adequadamente tipificados.

Neste sentido, prevenir e reduzir a impunidade da violência feminicida exige tanto tipificar corretamente os casos de feminicídio, quanto contar com um sistema de informações que permita uma análise qualitativa e quantitativa do fenómeno, e contribuir com dados fiáveis a partir dos quais conceber, implementar e avaliar as políticas públicas mais adequadas.

Neste contexto, o projeto *Institucionalização de um Sistema de Informações que contribua para a análise qualitativa e quantitativa do fenómeno da Violência feminicida em El Salvador com base na experiência do Peru e de Espanha*, é particularmente relevante. A iniciativa surgiu precisamente da necessidade de criar em El Salvador um Registo Único de Vítimas de Violência Feminicida que ofereça dados padronizados que contribuam para melhorar a tomada de decisões em matéria de políticas públicas para a prevenção, atendimento, proteção e punição da violência contra as mulheres, bem como os serviços das instituições que intervêm em cada um destes âmbitos.

Para abordar este desafio, em 2018 o Instituto Salvadorenho para o Desenvolvimento da Mulher (ISDEMU) promoveu um projeto com o objetivo de fomentar o trabalho de institucionalização de um sistema de informações que contribuísse para a análise qualitativa e quantitativa do fenómeno da violência feminicida e que proporcionasse informações estatísticas ao Sistema Nacional de Dados e Estatísticas de Violência

contra as Mulheres. Assim, o projeto desenvolveu-se com base em duas linhas de trabalho:

- a) A primeira, relaciona-se com a produção de informações que constituam dados oficiais reais e fiáveis que alimentem um registo único de vítimas de feminicídios. Para isso, o projeto promoveu a coordenação e cooperação entre as três instituições que até 2018 alimentavam o registo de casos de homicídios, mas sem um critério homogêneo, o que dificultava a disponibilização de dados fiáveis: a Procuradoria-Geral da República (FGR), o Instituto de Medicina Legal (IML) e a Polícia Nacional Civil (PNC).
- b) A segunda, aborda a análise aplicada das informações resultantes para assim melhorar a configuração de políticas públicas. Com efeito, o projeto pretende conceber um modelo metodológico de análise criminológica que permita o acompanhamento de casos de mortes violentas de mulheres e a conceção de políticas específicas que contribuam para travar este fenómeno.

¹ De acordo com a definição de Diana Russell, que adota o termo nos anos 70, femicídio são todas as formas de assassinato sexista. Posteriormente, e como desenvolvimento deste conceito, Marcela Lagarde adota o termo feminicídio, conferindo ao ato de matar uma mulher pelo simples facto de ser mulher um significado político, ao acrescentar à sua definição a falta de resposta do Estado a estes casos e o incumprimento das suas obrigações de investigar e punir. Para Lagarde, o feminicídio é portanto um crime de Estado. No entanto, em muitos casos ambos os termos são utilizados como sinónimos (Atencio e Laporta, 2012).

III.5

A Cooperação Triangular e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

A partir da aprovação da Agenda 2030 no ano de 2015, os países ibero-americanos têm estado extremamente comprometidos com os progressos realizados para a concretização de um desenvolvimento sustentável. Em 2019, a região ratificou esse compromisso, bem como a sua aposta de o apoiar através da CSS e Triangular. Juntaram-se assim à declaração da Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas sobre Cooperação Sul-Sul, realizada em Buenos Aires, Argentina, e conhecida por PABA+40, que, no seu artigo 6, reconhece a contribuição que ambas as modalidades de cooperação fazem para “implementar a Agenda 2030 e alcançar o objetivo geral de erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões” (ONU, 2019, p.2).

A manifestação desse compromisso também se reflete no modo como a Cooperação Triangular se tem vindo a alinhar com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Para este efeito, elaborou-se o Gráfico III.22, que distribui os 97 projetos de Cooperação Triangular conforme o ODS principal e secundário com o qual potencialmente se alinham, usando para isso a metodologia construída e acordada no espaço ibero-americano e já abordada no capítulo dois. Neste sentido, cabe assinalar que se identificou um ODS principal para cada um dos 97 projetos, ao passo que o secundário emergiu em pouco mais de metade (49).

Tal como se pode observar, 3 em cada 10 projetos podem potencialmente contribuir para a obtenção do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 2 (Fome zero). Quando a estes se acrescenta a cooperação orientada para a concretização do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) e ODS 13 (Ação climática), já se justificam praticamente metade desses 97 projetos. Com contribuições relativamente menores, mas relevantes (de 5 e 7 iniciativas), encontram-se os que apontam para o ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 10 (Reduzir as desigualdades), onde prevalece a dimensão social do desenvolvimento; ODS 7 (Energia acessível e não poluente), ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 9 (Indústria, inovação e infraestruturas), de tipo mais económico; e ODS 15 (Proteger a vida terrestre), a partir de uma dimensão mais ambiental.

A complementaridade entre todos estes ODS aponta para uma aposta efetiva da região em avançar na direção de um desenvolvimento mais integral.

Por sua vez, o ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) volta a ser o que também mais se destaca quando se coloca o foco no tipo de ODS secundário para o qual os projetos apontam. Trata-se de uma casuística frequente, por exemplo, nos intercâmbios concebidos para fortalecer o sistema de cooperação internacional e as suas instituições participantes, cujo objetivo principal encaixa nas finalidades visadas pelo ODS 17 (Parcerias para a implementação dos objetivos) e, de forma secundária, no melhor desempenho e eficácia das instituições envolvidas (ODS 16).

/// 3 em cada 10 projetos podem potencialmente contribuir para a obtenção do ODS 16 (Paz, justiça e instituições eficazes) e ODS 2 (Fome zero) ///

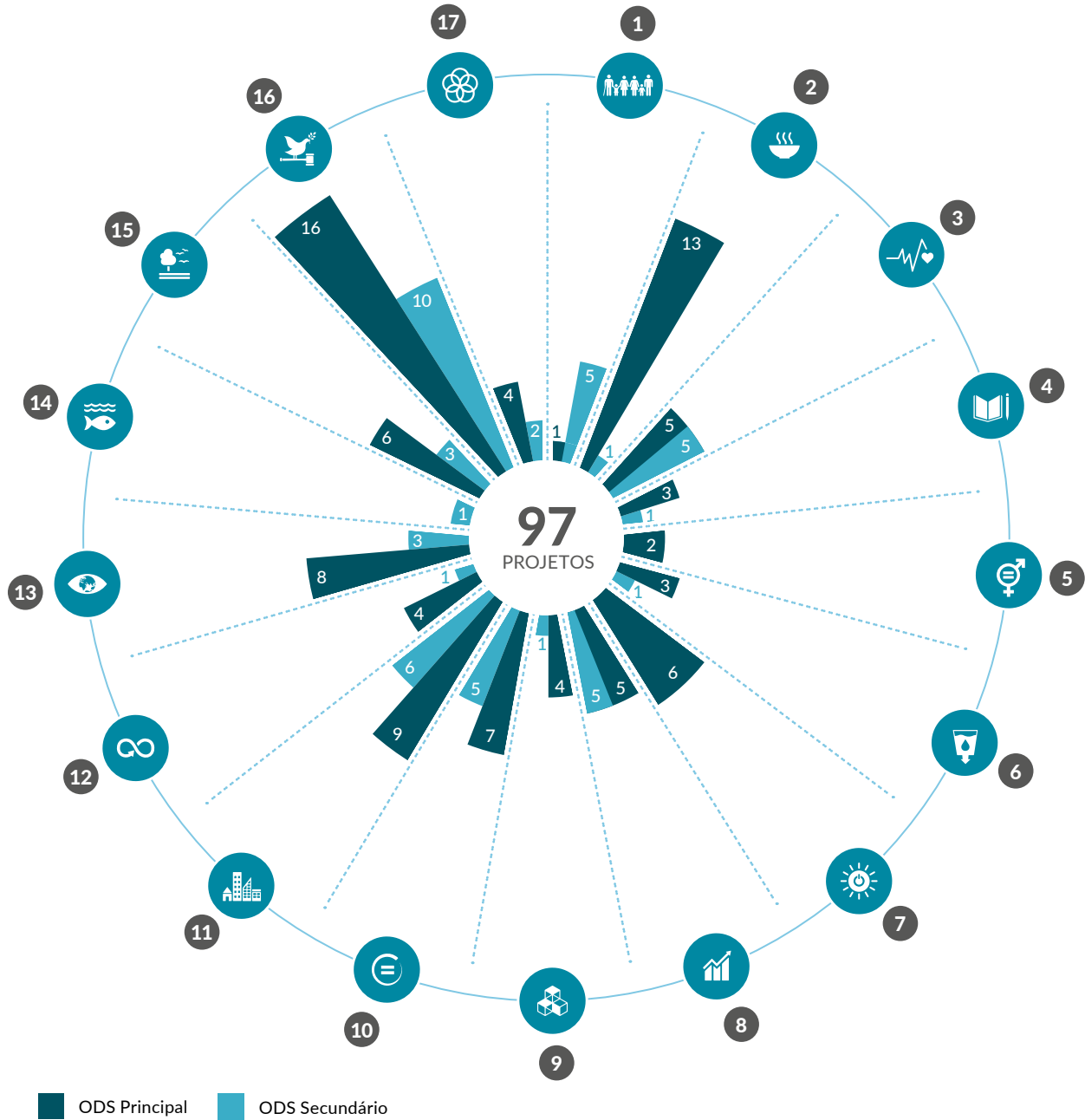
Também se destacam, como secundários, os ODS que de alguma forma têm uma componente transversal, tais como o ODS 8 (Trabalho digno e crescimento económico) e ODS 10 (Reduzir as desigualdades). O primeiro caso, emerge em geral em projetos que visam objetivos económicos e que por sua vez reforçam os processos de produção e criação de emprego; e, o segundo, na cooperação de tipo mais social que simultaneamente favorece, por exemplo, a implementação de políticas a favor da equidade racial.

Produz-se um efeito semelhante quando os que emergem como secundários são o ODS 3 (Saúde e bem-estar) e ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis). No primeiro caso, trata-se de projetos de CT concebidos para garantir a segurança alimentar e o saneamento e tratamento de água (principal transmissor de doenças víricas), principalmente categorizados sob o ODS 2 (Fome zero) e ODS 6 (Água potável e saneamento), mas cuja implementação tem claros efeitos positivos nos determinantes da saúde. No segundo caso, estamos basicamente face a projetos que focam a sua principal contribuição para o ODS 15 (Proteger a vida terrestre) e que contribuem para a conservação do património natural, um objetivo explicitamente contido na Meta 11.4 (“proteger e salvaguardar”) do ODS 11.

GRÁFICO III.22

Distribuição dos projetos de Cooperação Triangular na Ibero-América, conforme o potencial alinhamento com o ODS principal e secundário. 2019

Em unidades



Fonte: SEGIB a partir das Agências e Direções Gerais de Cooperação

Merece uma menção especial o ODS 1 (Erradicar a pobreza). Tal como se pode observar no Gráfico III.22, trata-se de um ODS que quase não se destaca como principal, mas que justifica 10% dos 49 projetos aos que se associou um Objetivo secundário. Neste caso, são projetos que se centram principalmente em reduzir as desigualdades (ODS 10), mas que têm impacto na proteção de grupos especialmente

vulneráveis à pobreza, tais como os que se dedicam ao atendimento de pessoas sem-abrigo; bem como os que, visando a agricultura familiar (ODS 2), pretendem favorecer a inclusão financeira dos pequenos produtores, apoiando o acesso aos recursos e evitando o seu empobrecimento.